



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO			
EVENTO: Reunião Ordinária/ Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0056/17	DATA: 07/03/2017	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 15h39min	TÉRMINO: 18h30min	PÁGINAS: 64

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DANIEL CARA - Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, bacharel em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política.

PEDRO SÉRGIO DOS SANTOS - Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado de Goiás, bacharel em Direito, graduado em Teologia pela Faculdade de Filosofia e Teologia de Goiás, mestre em Direito Penal e Criminologia e doutor em Direito Público Processual Penal.

THIAGO FLORES - Prefeito de Ariquemes, no Estado de Rondônia.

SUMÁRIO

Parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.

Houve manifestação na plateia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Nos termos regimentais, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Especial destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e seus apensados.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do art. 50, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno, e à deliberação de requerimentos.

Inicialmente, antes de fazer o convite aos convidados para comporem a Mesa, apenas na linha do que nós fizemos na reunião anterior, eu pondero aos Parlamentares que nós iniciaremos a reunião na parte de audiência pública e, na sequência, tão logo tenhamos quórum e não haja Ordem do Dia no plenário, faremos a deliberação dos requerimentos.

Há concordância neste ponto?

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Há concordância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Estando todos de acordo, fica assim estabelecido.

Dando início à audiência pública, registro a presença do Relator, Deputado Flavinho. Convido a tomar assento à mesa o Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, bacharel em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política (*palmas*); o Sr. Pedro Sérgio dos Santos, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, bacharel em Direito, graduado em Teologia pela Faculdade de Filosofia e Teologia de Goiás, mestre em Direito Penal e Criminologia e doutor em Direito Público Processual Penal (*palmas*); e o Exmo. Sr. Thiago Flores, Prefeito de Ariquemes, Rondônia, bacharel em Direito e delegado licenciado. (*Palmas*.)

Para melhor andamento dos trabalhos, esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada convidado disporá de até 20 minutos para sua exposição. Durante suas falas, os convidados não poderão ser aparteados e deverão limitar-se ao tema em debate.

Findas as apresentações, concederei a palavra primeiramente ao Relator, Deputado Flavinho e, em seguida, aos Deputados que se inscreverem para o debate.



Ao interpelar os convidados, os Parlamentares só poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os convidados o mesmo tempo para a resposta, se for o caso.

Por último, concederei a palavra aos Deputados não membros desta Comissão que estiverem inscritos.

Apenas a título de informação, especialmente para aqueles que acompanham os trabalhos desta Comissão Especial, esclareço que o objetivo desta Comissão, como todos aqui já conhecem, é justamente o aprimoramento, o aperfeiçoamento legislativo. A partir das propostas apresentadas, verificamos a constitucionalidade, a legalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e o mérito das propostas, uma vez que estamos em sede de Comissão Especial. Portanto, ela substitui o papel das demais Comissões temáticas da Casa.

O papel desta Comissão é discutir, aprofundar o debate e construir um texto que seja o mais adequado aos interesses da boa educação, livre de qualquer preconceito e ideologia e voltado aos interesses da criança, do educando e do professor, em sua sagrada missão de educar.

Nós vamos promover aqui, como já estamos fazendo, um bom debate, técnico, meritório, dentro e fora da Câmara dos Deputados, através dos seminários regionais que realizaremos. Inclusive, temos, na Ordem do Dia dos trabalhos desta Comissão, alguns requerimentos justamente no sentido de levar os seminários para os Estados.

Portanto, desde já, deixo os nossos agradecimentos a todos os Parlamentares e às senhoras e aos senhores aqui presentes.

Dando sequência à nossa sessão de audiência pública, passo a palavra ao Sr. Daniel Cara, por 20 minutos, para proferir sua exposição.

O SR. DANIEL CARA - Boa tarde a todos e todas.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer a Câmara dos Deputados e esta Comissão Especial pelo convite feito à Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Eu queria fazer este agradecimento na pessoa do Deputado Marcos Rogério, que teve uma atuação importante na lei do Plano Nacional de Educação. Nós tivemos uma discussão muito árdua sobre o Custo Aluno Qualidade Inicial — CAQi, e o



Deputado Marcos Rogério teve uma liderança importante ali naquele momento, na bancada do PDT, para a defesa da matéria.

Eu queria também cumprimentar o Deputado Flavinho, Relator da matéria, e os demais Parlamentares, na figura do educador e Deputado Bacelar, que aqui também tem feito um fundamental trabalho, fazendo o debate sobre as questões da educação nacional e nos mostrando um mandato bastante coerente com as preocupações da educação.

Eu vou aproveitar a introdução feita pelo Deputado Marcos Rogério, porque ele trouxe o elemento que eu considero o mais importante no debate sobre qualquer tema que tangencia ou atua diretamente, como é o caso desse projeto de lei, na realidade das escolas. Nós temos que nos dedicar fundamentalmente a uma questão educacional, no conceito do que é uma boa educação, em que pese o fato de esta ser uma Comissão Especial. Eu acho que esse é um elemento que falta no debate público brasileiro hoje.

Infelizmente, esta Casa aprovou há pouco tempo matérias que foram e são contraproducentes ao desenvolvimento da educação nacional, como a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, e também a reforma do ensino médio.

Eu acredito que nesse momento, Deputado Marcos Rogério, a sociedade brasileira precisa colocar um pouco a bola no chão, utilizando um termo do futebol, e começar a pensar de fato em como se estruturar e como gerar políticas educacionais que sejam producentes à qualidade da educação e ao patamar de desenvolvimento que o Brasil deve alcançar por ser uma Nação tão rica e, ao mesmo tempo, uma Nação tão desigual.

Dito isso, a minha exposição, que trata do Escola sem Partido, vai tomar como base a minha arguição questionadora do Estado brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

Quando fui à cidade do Panamá, fui recebido pelos comissionados como um arguidor do Estado brasileiro sobre a situação da educação em direitos humanos no Brasil. O Estado brasileiro apresentava ali os resultados tanto do Governo Lula e Dilma como também os resultados de alguns programas que começam a ser formulados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal atual.



Nós levamos como questionamento a situação do projeto de lei que trata do programa Escola sem Partido. O caso fundamental que levei como ponto de arguição impressionou os comissionados. Eu acredito que a discussão sobre o Escola sem Partido já está num ponto argumentativo que não nos permite chegar mais a lugar algum no debate público.

Os defensores da proposta apresentam o pressuposto de neutralidade. Os opositores apresentam o argumento de que nenhum estudante é uma folha em branco. Quem é educador sabe que nenhum estudante é uma folha em branco, porque a sociedade de fato é muito mais complexa do que só o sistema de ensino. O sistema de ensino é um dos elementos formativos do ser humano, mas não é o único.

Eu até gostaria, sinceramente, como educador, que a escola tivesse um papel mais preponderante do que de fato ela exerce hoje. Essa limitação se dá exatamente pela baixa qualidade da educação nacional, especialmente da escola pública, que deveria ser, Deputado Marcos Rogério, a principal instituição da nossa República, mas está muito distante de ser. Eu acredito que esse é um ponto de consenso.

Na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ao apresentar o conjunto de argumentos que se coloca no debate público brasileiro, eu participei como autor de um livro organizado pela Ação Educativa, ao qual eu recomendo que todos tenham acesso, que trata da maneira como se constrói o discurso do movimento Escola sem Partido.

Eu trouxe o caso do Prof. Hélio de Seixas, diretor de uma escola pública municipal de educação infantil em Ferraz de Vasconcelos, São Paulo, que foi arguido por um pai, em uma ação extrajudicial. Como todos sabem, por ser uma ação extrajudicial, ela não tem poder jurídico, mas constrange o trabalho desse professor. O fato ocorreu em uma aula em que o professor tratou sobre a Segunda Guerra Mundial, tema fundamental da história, especialmente da história recente da humanidade. Segundo o pai do aluno, ele deixou de apresentar os benefícios do nazismo, mas não o fez exatamente porque não conseguiu mostrar que o sistema nazista tinha resolvido a economia alemã.



Quem conhece um pouco da história da época da Segunda Guerra Mundial sabe que essa não é, de fato, uma versão coerente dos fatos. O sistema nazista não resolveu a economia alemã; ele se constituiu em uma máquina de guerra poderosíssima. Toda máquina de guerra gera movimentação econômica, em que pese o fato de que ela gera enormes dívidas também. Mas, naquele momento em que você está em uma situação de guerra, aparentemente, a economia de guerra é uma economia dinâmica.

O ponto que ficou mais grave é que o professor questionou o pai dizendo que ele não podia falar sobre o benefício de um sistema de poder ou de um sistema político que partia do pressuposto da exclusão de milhões de judeus, de milhões de ciganos, de uma série de cidadãos que foram vítimas do sistema nazista, sem contar o próprio processo de guerra, os crimes de guerra que envolvem o nazismo.

Eu não tenho dúvida que os militantes do Escola sem Partido não concordam com o nazismo, pelo menos a esmagadora maioria deles. O que eu quero trazer como ponto fundamental é que esse tipo de discussão que está sendo levada à sociedade brasileira como pressuposto de neutralidade muitas vezes acusa Paulo Freire de dizer coisas que ele não disse. Muitas vezes, as pessoas não leram Paulo Freire, mas o criticam. Este é um hábito comum dos brasileiros: as pessoas não conhecem o autor, e o criticam sem sequer terem lido uma página dele.

Tanto na *Pedagogia do Oprimido* quanto na *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire vai dizer que o professor não tem o direito de fazer proselitismo na escola. Eu acho que esse é um ponto de consenso. O proselitismo é negativo em qualquer situação do processo de ensino-aprendizagem, porém o professor não é neutro, porque ninguém é neutro na sociedade. De fato, em relação a casos extremos, como o do nazismo, não deve haver neutralidade.

Outro caso famoso aconteceu nos Estados Unidos, na época em que Bush foi Governador do Texas. Ele foi um incentivador da educação baseada no criacionismo. Naquele momento, acreditava-se nos Estados Unidos que era possível fazer, dentro das escolas, uma educação religiosa condizente com a religião da maioria da sociedade americana, que é protestante, pautada no criacionismo — talvez não seja a maioria da sociedade, mas a maioria política. Inclusive, a maioria política é que agora elege Donald Trump. Gerou-se um enorme debate nos Estados



Unidos sobre se o ensino do criacionismo, de fato, era um caminho pedagógico possível.

Muitas vezes, criticamos a sociedade americana sem conhecê-la. Ela é mais plural e mais densa do que aquilo que os Estados Unidos expressam para fora. O americano médio, que temos como visão, até pautados pelo Homer Simpson, dos Simpsons, é uma realidade, mas não uma realidade totalizante do debate americano. O fato é que, dentro dos Estados Unidos, isso foi superado por uma questão bastante básica.

Os avanços da ciência não podem ser negados, ainda que isso signifique uma tensão entre a religião dos pais.

Apesar de tratarmos dessas questões, de apresentarmos esses argumentos e de observarmos o Escola sem Partido, quero lhes dizer que não é preciso aprovar o projeto de lei, porque o debate já está na sociedade. Numa série de escolas, já existem professores sendo questionados dessa maneira. No caso do Prof. Hélio de Seixas, eu nem trouxe aqui a forma como o pai questiona a aula dada por ele. A realidade é que o ambiente escolar hoje já é um ambiente tenso, não é um ambiente pacífico.

Eu comprehendo que há setores da sociedade brasileira que expressam, cada vez mais, posições relacionadas à família e à moral que são legítimas do cidadão, que tem o direito de se expressar da maneira que acredita que deve se expressar. Porém, isso não deve ferir o espaço da escola. Esta tem de ser preservada como espaço concreto de laicidade, de apresentação das visões de mundo, partindo de pressupostos muito honestos relacionados à liberdade de cátedra e à impossibilidade de um professor ser de fato neutro. Por exemplo, um professor de Biologia não pode ter neutralidade em relação a um conceito fundamental, ainda que seja só uma teoria. Muitas vezes, as pessoas abrem mão dos conceitos científicos mais básicos.

A Teoria da Evolução é basicamente uma teoria com forte carga empírica, como eram também as leis de Newton. Agora, existe comprovação da Ciência Prática e da Física Prática de que as leis de Newton de fato estavam equivocadas em relação a alguns aspectos e de que Einstein tinha razão.



Então, a ciência é dinâmica, ela pode se constituir. Porém, é direito do cidadão ter acesso ao conhecimento científico amplo e irrestrito. Isso tem que ser preservado, independentemente da moral e dos preceitos morais dos pais.

Eu acho que esse é o aspecto mais importante hoje no debate público brasileiro.

Eu estive recentemente na Cúria de São Paulo, conversando com o bispo. Ele me trouxe a sua preocupação em relação ao respeito às famílias. Eu sou radicalmente defensor do respeito às famílias. Eu tenho certeza de que todo mundo, neste plenário, é defensor do respeito às famílias. Respeitar as famílias significa respeitar aquelas que têm uma composição distinta da composição nuclear que foi estabelecida pela nossa sociedade como padrão. Ou é possível negar que há composições familiares extremamente legítimas compostas por dois homens que tenham um filho? É inaceitável pensar em não respeitar uma família dentro de uma sala de aula. Ou você vai acreditar que debater a situação de gênero, em sala de aula, que muitas vezes faz, sim, parte do âmbito de afirmação da liberdade daquele aluno, é fazer proselitismo? Discutir o fato de o homossexual ser um cidadão pleno em direitos não é fazer proselitismo, de forma alguma, da homossexualidade ou da bissexualidade, como foi o debate extremamente contraproducente do *kit anti-homofobia*, aqui, no primeiro mandato da Presidenta Dilma. Foi um debate completamente fora de qualquer espaço de discussão.

Eu quero trazer um dado aos senhores sobre o último relatório mundial do UNICEF, que se chama U-Report, onde o Brasil faz uma pesquisa mais aprofundada de consulta. Esse relatório diz que a medida provisória do ensino médio que reforma a LDB, que agora é lei, é tão equivocada que o principal fator de abandono das escolas hoje é a discriminação dos alunos. Os alunos não se sentem confortáveis na escola pública que hoje existe. Por que não se sentem confortáveis? Porque é uma escola que discrimina. É inegável que ela discrimina a mulher; é inegável que ela discrimina as classes sociais; é inegável que ela discrimina os homossexuais; e é inegável que ela discrimina os não brancos, especialmente os negros.

Então, quando analisamos a sociedade brasileira e observamos os riscos que se apresentam com um projeto de lei que, honestamente, é alheio às questões pedagógicas e muito mais pautado na afirmação de uma visão moral sobre a



sociedade, preocupamo-nos com a qualidade da educação que emerge a partir desse programa.

Tive oportunidade de debater na *ISTOÉ* e na *Jovem Pan* sobre isso. Indicamos professores para debater em outros espaços, porque eu não tinha agenda, estava na luta contra a Emenda Constitucional nº 95. Infelizmente, não podemos dar conta de todas as pautas. Na minha opinião, a Emenda Constitucional nº 95 foi de fato o maior e mais grave retrocesso à Constituição Federal de 1988, a partir do momento em que, pela primeira vez, o Brasil determina uma Constituição Cidadã.

A pergunta que sempre faço, quando vou a debates para discutir o Escola sem Partido, é sobre o conceito de educação que está em torno desse projeto. É com isso que quero finalizar a minha exposição.

Se pegássemos hoje todos os principais pedagogos e tentássemos encontrar uma teoria geral sobre o que é educação, veríamos que muitas vezes as pessoas dizem o que é educação a partir da missão dela, não a partir do conceito, do significado da palavra.

Tive oportunidade de estudar a Constituição do país americano e dos países de desenvolvimento médio, e vi que a nossa Constituição é a que tem o melhor capítulo sobre educação.

Eu acredito que temos de preservar mais a LDB antes de reformá-la, ainda que ela necessite de reforma. Na minha opinião, esse projeto, assim como o da reforma do ensino médio, pretende reformar, de forma danosa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O fato é que, se você for extrair qual é o conceito básico de educação, verá que nada mais é do que apropriação de cultura. Percebe-se isso, pegando desde os autores clássicos gregos até os autores clássicos europeus, os franceses, que praticamente têm uma escola própria, os ingleses, os americanos e os russos, que trabalharam antes da Revolução Russa — que ninguém diga que eu estou fazendo aqui proselitismo do processo soviético. Vygotsky é quem principalmente mais avança no processo revolucionário, mas seu trabalho é extremamente científico. Não está posto aqui uma preocupação relacionada a um posicionamento ideológico.



Portanto, o conceito de educação é a apropriação de cultura, considerando que se apropriar da cultura é tudo aquilo...

Deputado, o senhor falou que as pessoas iam respeitar as falas. Acabaram de apresentar ali um cara de pau. Como meu nome é Daniel Cara, imagino que isso seja em relação a mim. Eu pediria que me respeitassem, porque eu respeito todo mundo. Que todo mundo se respeite aqui, porque, senão, não temos um debate de qualidade. Então, eu peço que isso não aconteça mais, Deputado.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A palavra está assegurada ao expositor. Eu pediria a todos que contribuíssem, no sentido de avançarmos nas discussões sobre o tema, e que respeitassem o convidado.

O SR. DANIEL CARA - Muito obrigado, Deputado.

O conceito de apropriação de cultura é bastante básico. Apropriar-se da cultura significa se apropriar de tudo aquilo que o ser humano desenvolveu e que determina a sua forma de relação que supera, que transcende a natureza. A ciência é cultura; os valores são cultura; a democracia é cultura; as expressões artísticas são cultura; o esporte é cultura.

A minha preocupação fundamental com o projeto de lei que discute o Escola sem Partido é que ele vai estabelecer, na minha opinião, uma espécie de tribunal pedagógico nas escolas.

Estamos na semana da mulher. Vamos supor que, no momento em que um professor vá lecionar um determinado conteúdo, como, por exemplo, os direitos da mulher, isso não seja possível sem os movimentos sindicais, sem os movimentos anarquistas, sem os movimentos comunistas, sem os movimentos socialistas, que se desenvolveram ao longo de muitos anos, a partir do século XVIII, XIX e especialmente século XX. Qualquer pessoa que conhece um mínimo de história vai concordar que não é possível. O fato é que viveríamos em uma sociedade em que as mulheres não teriam direito a voto nem direito de ser votadas; em uma sociedade extremamente desigual, diferente daquela que verificamos hoje, por mais que ela ainda seja desigual, porque as mulheres ainda vivem uma situação de violência constante.



Se o professor, por exemplo, apresentar um conteúdo em sala de aula e isso for considerado uma afronta à moral dos pais, aquele teor vai ficar *sub judice* dentro da escola. O professor vai começar a lecionar numa situação de receio, numa situação de medo.

Eu acho que esse é o ponto sobre o qual deveríamos nos centrar, porque o debate contrário ao proselitismo ou ao desrespeito em relação às pessoas deveria ser um ponto de consenso, até porque o Brasil é signatário de praticamente todos os acordos internacionais de direitos humanos. Essa é uma questão moral também. A própria Constituição Federal é contrária a qualquer tipo de pressão moral sobre o outro. O fato é que esse projeto de lei coloca essa situação em risco.

Eu não acredito que um bom professor consiga lecionar com base no medo ou com base no risco que ele corre ao apresentar um conteúdo que será questionado o tempo todo.

O que eu quero dizer é que, para isso, não é necessário um projeto de lei, Deputado Marcos Rogério.

Eu acho curioso: o Brasil tem uma tradição tão calcada no direito romano que ele não acredita nas próprias instituições postas nas leis. O Brasil não respeita um princípio fundamental da legislação que é a economicidade legislativa: quanto menos leis e quanto mais efetivas forem, melhor é o sistema jurídico.

A realidade é que a própria LDB, a partir do preceito da democracia, da gestão democrática dentro da escola, e o art. 206 da Constituição Federal, em um dos seus incisos, apresentam a gestão democrática como um ponto pacífico. Então, seria muito mais produtivo e muito mais efetivo em termos pedagógicos que o debate sobre eventuais excessos dos professores ou até mesmo dos pais de alunos fossem tratados dentro da escola com a mediação de professores, sempre tratando a questão pedagógica como sendo a questão central.

O que mais me preocupa no Brasil é que o debate educacional esteve e está alijado do debate pedagógico em praticamente todas as últimas matérias que tramitaram no Congresso Nacional. Eu acho honestamente que esse é o caso do Escola sem Partido. Apresentei aqui a posição da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, nas suas mais de 200 entidades e em todos os seus comitês regionais distribuídos por todo o País.



De fato, eu acredito que a melhor solução para o dilema que se coloca a partir desse projeto de lei é voltarmos a ter um pouco mais de respeito ao outro no debate público e um pouco mais de coerência em relação às questões pedagógicas, algo que sinceramente o Brasil nunca fez.

Um dado bem básico: o Brasil nunca teve um Ministro da Educação que de fato conhecesse de educação básica e que fosse formado, por exemplo, em Pedagogia. Isso reflete um pouco a realidade da nossa sociedade, no meio da qual o debate pedagógico não tem tradição.

Esse tipo de debate e de projeto e até mesmo a maneira agressiva como os militantes dessa campanha se portam em relação aos opositores, cada vez que eu vou debater o Escola sem Partido, demonstram o quanto a nossa sociedade falhou em termos educacionais. Por isso, temos que recuperar essa deficiência histórica.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e a sua postura de permitir um bom debate, sem ofensas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece ao Daniel Cara por suas contribuições nesta Comissão. Certamente, a sua presença enriquece o debate.

Eu particularmente tenho — você sabe disso — um apreço especial por sua trajetória de luta pela educação. Não foi apenas o Custo Aluno-Qualidade que nos motivou naquela empreitada. Você também foi responsável pela defesa intransigente dos 10% do PIB para a educação, outra conquista que nós tivemos naquele momento. Embora desde então se lute pela implementação daquele ideal, conseguimos do ponto de vista normativo avançar muito naquela matéria e em outras. Isso depois lhe rendeu o Prêmio Darcy Ribeiro, motivo pelo qual de público quero homenageá-lo.

Muito obrigado por suas contribuições nesta Comissão.

Eu queria fazer um registro. Toda a Comissão tem acompanhado a nossa postura acerca de estabelecer o debate de forma equilibrada, ouvindo sempre dois convidados a favor da matéria e dois contra a ela. Na sessão de hoje nós também tínhamos essa previsão, mas uma das convidadas acabou não podendo vir à reunião, em razão de outros compromissos, e mandou um comunicado à Comissão.



A Dra. Priscila Matzenbacher Machado, Promotora de Justiça do meu Estado de Rondônia, disse em seu comunicado:

Ao cumprimentá-lo, agradeço imensamente o convite a mim enviado pelo Deputado Marcos Rogério, pessoa que tem se mostrado muito atuante e atencioso com o Ministério Público.

Somente agora estou respondendo, pois tentei encaixar na minha agenda a data indicada para a participação na audiência pública.

No entanto, em razão de estar acumulando duas Promotorias mais o Centro de Apoio Operacional da Cidadania e por ser membro colaborador do CNMP com elevado e excessivo volume de trabalho, inclusive de reuniões e audiências previamente marcadas, informo que não poderei comparecer.

Contudo, pode-se indicar outra data à frente e assim será mais fácil coadunar com a minha agenda.

Esse é o comunicado da Dra. Priscila Matzenbacher Machado, da Promotoria de Justiça de Ariquemes, a mesma cidade do Prefeito Thiago Flores, com as razões de seu impedimento em estar aqui. Eu agradeço a gentileza da Dra. Priscila com a Comissão.

Em razão disso, nós hoje temos apenas um convidado para falar contra a matéria.

Na sequência, passo a palavra ao Dr. Pedro Sérgio dos Santos, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado de Goiás.

V.Sa. tem a palavra por até 20 minutos.

O SR. PEDRO SÉRGIO DOS SANTOS - Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer inicialmente o convite que me foi feito pelo Sr. Deputado Marcos Rogério e de cumprimentar todos da Mesa: Prof. Daniel Cara, Sr. Thiago Flores, Prefeito de Ariquemes, Deputado Flavinho, Prof. Luiz Arantes, ex-Reitor da Universidade Estadual de Goiás, senhoras e senhores.



Quero cumprimentar também os Srs. Deputados, porque, como representantes do povo, no final das contas, são eles que vão votar esta matéria, após discuti-la. Estamos aqui para conversar com S.Exas.

Quando fui convidado para vir a esta Comissão, olhando o que se produziu até agora, os debates e os convidados que aqui vieram, eu acho que poderia destacar algumas coisas importantes do que já foi falado e abordar outras da nossa experiência.

Convivendo com aquilo que nós chamamos de Estado Democrático de Direito e de garantias que cada cidadão pode ter, uma das grandes conquistas do Estado Democrático de Direito, após o regime militar com a Constituição de 1988, foi a possibilidade da verdade. Tivemos até a Comissão da Verdade nesta Casa.

Para começar, eu queria dizer o seguinte. Em que pese concordar com o conteúdo do projeto — e vou dizer o porquê —, eu diria ao autor do projeto que nós poderíamos muito bem colocar esse projeto de lado, trocando-o pelo projeto da escola com partido, o que seria muito bom, porque nós teríamos uma definição clara, pautada pela verdade, sem enganar o pai nem a mãe e lhes dizendo “*essa criança vai entrar numa escola que tem a ideologia do programa do partido A, B, C ou D, do PT, do PSOL, do Democratas ou do PMDB. Se vocês matricularem seu filho nessa escola, já saberão*”.

Hoje, quando um pai leva o filho para uma escola católica, sabe que terá esse viés católico. A escola pode até não ser muito católica, mas tem essa denominação. Se a escola for presbiteriana ou espírita, os pais sabem. Por que, então, não colocar o filho na escola do PSOL? Não há nenhum problema. Se o Estado assim definir por lei, qual é o problema?

O que talvez esteja criando no País esse choque e essa grande contradição que o professor acabou de apresentar aqui, esse conflito entre os defensores de um lado e de outro, seja a falta de clareza.

Vejam bem, eu tenho uma convivência com a escola de terceiro grau numa situação muito particular. Sou Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. Há 25 anos, eu recebo o aluno no primeiro ano — sou professor do primeiro ano da faculdade. Eu recebo aquele adolescente que acabou de sair do ensino médio e é com ele que eu convivo.



Nessa convivência, o que eu percebo? Essa crise exatamente pela falta da verdade. Tudo aquilo que foi dito para o aluno no ensino fundamental e no ensino médio se tornou para ele um dogma, uma religião, e aquilo que a universidade vai dizer depois não pode ser dito ou, se for dito, tem que ser de acordo com aquilo que ele já aprendeu no ensino médio, sem que ele saiba que aquilo poderia ter outras versões.

Por exemplo, professor, o senhor citou o caso de um professor que foi questionado pelo pai porque não falou dos benefícios do nazismo. Eu acho que o professor poderia ter dito *“há quem diga que teve benefícios assim, assim e assim. Eu não concordo, mas há quem diga”*.

Eu dou aula de Direito Penal. Quando trato da questão do estupro, digo aos meus alunos: *“Marido não pode estuprar a mulher, porque isso não é exercício regular do Direito, mas há doutrinador que diz o contrário. Eu sou contra, mas há doutrinador que diz”*.

Em relação à posição de neutralidade do professor, se é neutro ou se não é, eu gostaria de chamar a atenção para outras questões.

Quando o senhor diz — e eu concordo com o senhor — que a educação tem que se apropriar da cultura, acrescento que nós temos que nos apropriar da cultura nos aspectos teóricos e básicos de abstração, como matemática e inglês. Os níveis de aprendizagem de matemática, português e inglês dos nossos alunos no Brasil são baixíssimos, os índices internacionais mostram isso. Nós temos que nos apropriar da cultura do ponto de vista prático. Os nossos alunos do ensino fundamental e do ensino médio não aprendem, por exemplo, o que um aluno na Suíça aprende, como marcenaria, cultivo de horta e elétrica. E ainda há os aspectos políticos no sentido maior da política.

Por exemplo, uma questão é consenso entre todas as pessoas defensoras ou não da ideologia de gênero: todo o mundo é consumidor. Os nossos alunos não aprendem as questões relativas ao Direito do Consumidor, mas os nossos alunos, quando chegam à faculdade, já chegam sabendo fazer um coquetel molotov. Eles já chegam com todo o arcabouço do discurso de gênero, para um lado e para o outro. Eles já chegam sabendo o que é ocupação e já têm a mentalidade de que educação é pautada por uma linha sindical A ou B.



No entanto, se você perguntar a eles como se planta um pé de alface, para a sua sobrevivência, eles não saberão responder. Enquanto isso, um aluno de 16 anos de uma escola suíça sabe fazer uma cadeira, uma mesa, sabe olhar a parte elétrica. Nós não nos apropriamos da cultura do fazer humano na escola de ensino fundamental e de ensino médio. Não fizemos cultura como os nossos pais fizeram. Esse aluno não sabe nada de mecânica e, quando vai ser submetido a um exame...

E aqui nós, como Estado, temos que fazer mea-culpa na questão dos exames, nos ritos de passagem, como, por exemplo, no ENEM. O aluno tem que dar as respostas que o Estado ou quem fez a prova definiu. Já vimos, isso é bastante divulgado pela mídia, que, quando um aluno diz que o aborto é um crime, essa resposta está errada. Ora, está na lei: aborto é crime. Se o Congresso Nacional mudar, eu posso até discordar disso, mas por enquanto está na lei: aborto é crime. No entanto, se o aluno na resposta a uma questão do ENEM disser que o aborto é crime, estará dando uma resposta errada, porque quem fez a prova assim o definiu, achando que o aluno tem que seguir um determinado padrão que a escola adotou, o padrão da não verdade. Foi isso que eu acabei de falar há pouco.

Então, é preciso que nós coloquemos a verdade estampada. Ou eu tenho a escola sem partido, como de fato o projeto quer, e o professor vai se ater exclusivamente aos conteúdos específicos que o programa definir; ou eu vou ter a escola com partido, o que eu também acho certo. Coloquem logo a placa, para dar a cada partido o direito de ter a sua escola! Assim, o pai não vai ser enganado. Hoje, o pai está sendo enganado, e a população está sendo enganada com os recursos que aplica.

Eu vou dar um exemplo muito particular para os senhores do que vem acontecendo na minha escola. Durante o processo de *impeachment*, havia pessoas contra o *impeachment* e pessoas a favor dele. Não havia problema. Todos podiam ir para as ruas manifestar a sua ideia. O que não se pode, usando o mesmo argumento do Ministério Federal, que quer processar algumas pessoas aí, é usar o local público, o dinheiro público, a energia pública para vincular as suas ideias.

Essa imagem mostra o auditório da Faculdade de Direito ocupado pelos partidos políticos, contra a minha vontade, porque eu não autorizei nenhum partido



ou sindicato contrário ou a favor a fazer essa ocupação. Isso motivou o Ministério Público Federal do meu Estado a proibir manifestação em qualquer órgão federal.

Após essa manifestação, os militantes partidários quebraram os banheiros da escola. O patrimônio ficou danificado. Depois disso, ficaram contrariados com a posição que nós adotamos de impedir as manifestações, porque a manifestação tem que ser feita nas ruas — o poeta coloca a praça como local do povo. Aquilo que é *res publica*, como uma escola, tem regras e destinação definidas. Este prédio aqui é destinado para o serviço legislativo, e não para o serviço hospitalar, por exemplo, ou outros fins. Aquela é uma escola destinada a fins educacionais.

Não satisfeitos com isso, foram retiradas todas as placas de banheiro, num segundo movimento na nossa escola, porque se dizia que não poderia mais haver banheiro masculino e feminino. Aí surgiu um problema. Não havendo banheiros masculinos e femininos, porque gênero se tornou uma coisa muito relativa, veio outra questão. O prédio recebe pessoas que não estudam lá, porque abriga a 4ª Vara do Juizado. Lá entram senhoras, crianças, adultos. Se uma criança entrar num banheiro que não tem gênero masculino ou feminino e encontrar lá dentro uma pessoa que entrou no prédio desavisada, pode até ser estuprada dentro daquele banheiro. Como vão fazer? Talvez não seja estuprada, porque já há pessoas que defendem que o sexo com criança não é problema.

Depois que conseguiram retirar todas as placas dos banheiros, mais uma vez o Ministério Público Federal teve que vir com uma ação para chamar ou puxar a orelha da reitoria para colocar placa nos banheiros. Os senhores estão vendo essa fotografia de uma matéria de jornal que mostra que nós tivemos que escrever à mão — os senhores estão vendo ali que está escrito à mão — que aquele era o banheiro feminino, porque tinham arrancado as placas.

Esse mesmo grupo que vem com a mentalidade de ideologia dos gêneros dos partidos que ocupavam a escola e tudo o mais, diante da notícia de um falso estupro na universidade — depois, a Polícia Federal e a Polícia Civil foram lá e verificaram que a notícia do estupro era falsa —, diante da notícia desse falso estupro, o grupo invadiu a reitoria. Se não estou enganado, no final do primeiro semestre do ano passado, a reitoria ficou invadida por muito tempo. Foram 15 ou 20 dias. Impediam o pagamento da folha de funcionários, o pagamento de fornecedores.



E o reitor — e quero aqui fazer as minhas homenagens ao Prof. Orlando Amaral, que é um reitor muito paciente, um homem de diálogo, democrático —, o Reitor não chamou a polícia de imediato, para ir lá tirar o grupo, ou entrou com reintegração de posse. Não tomou nenhuma medida dessa natureza. O reitor foi negociar. Quando o reitor foi negociar com o grupo, não podia negociar: não aceitavam negociar com o reitor, porque o reitor é homem, e todo homem é um estuprador em potencial.

Está lá a notícia: “*O caso do estupro da UFG não é real, conclui o delegado*”. Os senhores estão vendo mais adiante. Há toda uma matéria sobre o estupro que não foi real. E o reitor não podia negociar, porque o reitor é homem. Só depois que os diretores fizeram uma reunião é que autorizaram que o reitor então fosse à Justiça Federal para conseguir uma reintegração de posse, tirando o movimento feminista de gênero de dentro da reitoria, movimento que protestava contra um estupro que não houve e que não queria dialogar com o reitor porque ele era homem. Essa situação é aquela que vivemos por completo.

Desculpe-me, Sr. Presidente, mas vou trazer situações e citar palavras que talvez sejam impróprias. Não sei como fica essa questão aqui, mas vou ter que falar.

Por exemplo, algumas universidades federais hoje estão quase bancando um programa que se está tornando praxe. A exemplo, nós temos agora algumas oficinas — inclusive a minha universidade vai ter isto —, como a Oficina da Siririca, que é a da masturbação feminina. Os cartazes já estão sendo divulgados. É o espaço livre para você se manifestar como você quer. Há o Espaço da Siririca e da Chuca. Houve aquela festa, que os senhores conhecem, da Universidade Federal Fluminense, a Festa Xereca Satânica, que está sendo investigada pela Polícia Federal. Havia inclusive peças de cadáver na festa, e houve a utilização de dinheiro do CNPq. Outra festa que agora virou moda, a Festa da Queima da Bíblia, começou no Acre e está avançando, para algum *show*. Está aqui a imagem da Festa da Queima da Bíblia. Há outra cena, mais adiante. E isso vai por aí afora.

Isso que vem acontecendo nas universidades, como a Festa da Queima da Bíblia, é simplesmente um reflexo daquilo que vem acontecendo no ensino fundamental e ensino médio.



O apropriar-se da cultura, levar as crianças e os adolescentes a conhecerem aquilo que a humanidade produziu, acho que isso é algo mais do que discutir com a criança aquilo que também está no âmbito da família, da igreja e seja lá de quem for. Há algo mais. A escola tem um papel preponderante, a escola é fundamental! Há situações, programas e conteúdos que devem ser levados para as crianças e que não são levados hoje. Ao contrário, se o menino não aprende Química para conseguir resolver uma equação, ele aprende Química para fazer uma bomba. E o professor de Química ensina, porque o movimento sindical está interessado em ocupar a escola e fazer um protesto contra uma determinada ação do Governo. Ele ensina o menino a fazer uma bomba em uma aula de Química. Então, o problema do Escola sem Partido não é só uma questão de debater se pode ou não pode discutir a questão de gênero.

Acho que foi aquela Procuradora que veio aqui, a Sra. Deborah Duprat, que disse que a criança não pertence à família, que pertence ao Estado. Do mesmo jeito que o senhor disse — e achei brilhante a sua exposição no tocante ao nazismo —, do mesmo jeito que o senhor disse que o nazismo é uma questão inegociável, digo: quem pregou com muita eficácia que a criança não pertence à família e pertence ao Estado, e deu uma educação bem estatal à criança, foi Hitler. O senhor sabe o que ele fez. E Stalin, de outro lado, fez da mesma forma. E Mao Tsé-Tung, na China, fez a mesma coisa. Os Estados totalitários usam esse discurso de tirar a pessoa do seu núcleo familiar, de tirar a pessoa do seu núcleo religioso, do seu núcleo cultural: *“Agora é o Estado quem manda. Eu mando”*.

Agora, eu quero saber se a Procuradora — e vou dizer isto porque é público, está gravado, até me pediram autorização aqui para saber se eu autorizava, e eu disse que sim, claro, porque o que digo é público —, eu quero saber se a Procuradora diria a mesma coisa se estivesse vivendo em um Estado nazista ou em um Estado extremamente racista. Ela diz isso em um Estado que poderia ter uma mentalidade de centro ou de esquerda.

O senhor faz referência — e achei brilhante a sua colocação, com a qual concordo —, por exemplo, a escolas que colocam as pessoas em situação constrangedora, a crianças e adolescentes que se sentem constrangidos na universidade. Eu sou professor de Direito Penal há 30 anos e tive a oportunidade de



servir ao Estado no Ministério da Justiça, no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, por 8 anos. Fiz um verdadeiro “presídio-tour” nos presídios brasileiros e, modéstia à parte, acho que de cadeia eu já entendo há um bom tempo. Conheço quase todos os presídios do Brasil. Eu, que fui Relator dos problemas do presídio Aníbal Bruno, em Recife, e do presídio do Amazonas, durante muito tempo, onde houve todo o massacre, vou dizer o seguinte: o presídio é um dos melhores termômetros de um País. Quando o presídio vai bem, o resto vai bem. Isso não sou eu que digo, quem o disse foi Nélson Hungria. Quando o presídio vai mal, as outras instituições estão arrasadas.

Quando observamos os presídios no Brasil, nós vemos que, até o final do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nós tínhamos cerca de 250 mil presos. Nós tivemos uma ascensão vertiginosa dos presos no Brasil nos Governos Lula e Dilma, sendo que 70% desses presos são presos não brancos, repito, 70% dos presos hoje no Brasil são presos não brancos.

E, ao final do Governo da Presidente Dilma — é bom que a militância que está defendendo essa parte saiba disso —, foi aprovado nesta Casa aquilo que eu só fui entender no dia em que entrei em um campo de concentração na Alemanha, de Sachsenhausen. E aqui, Srs. Deputados, eu digo isso de cabeça erguida, porque “pau que bate em Chico, bate em Francisco”. Estou dizendo, como cidadão, que é uma vergonha o que foi aprovado na Lei de Execução Penal, no tocante ao exame de DNA, porque, se eu tenho que 70% dos presos colocados na cadeia hoje são não brancos, se houver um exame de DNA, haverá DNA de negro lá dentro, na maioria. Vão dizer que a conclusão lógica, daqui a pouco, com o Estado nazista que se vai formando, é que o negro é o bandido da história. E é a quem o Governo de esquerda faz o seu discurso. Diz que o está promovendo, trazendo-o para a escola, etc., o que não é verdade. Olhem o que está acontecendo nos presídios, em que a maior parte da população é negra, em que a maior parte da população tem entre 18 e 28 anos! Pergunto: quem eram essas pessoas, adultas hoje, há 10 anos? Eram crianças que não tiveram acesso a uma escola de qualidade para aprenderem Matemática, Português, Química, Francês e Inglês. Mas, de outro lado, tinham sindicato, greve, CUT, gênero, não sei o quê. Estão na cadeia. (Palmas.)



Portanto, fazer uma opção de gênero ou fazer uma opção de raça é olhar para a pessoa e dizer: “*Olhe, eu o respeito. E exatamente porque o respeito, vou dar a você condições de competitividade, seja você branco, negro, homossexual, heterossexual. Não interessa isso, você vai ser competitivo no mercado! E eu o respeito por isso*”. Agora, começar a dizer para a pessoa: “*Você é negro, então você vai ser respeitado porque você é negro, não porque você é competitivo. E você vai ser respeitado porque você é homossexual, porque você é mulher...*”

Há pouco tempo, eu estava trabalhando com uma questão dessas — e já finalizo, Sr. Presidente —, que dizia que o gênero é uma autodefinição. Então, posso me aproximar da colega, sentar a mão na cara dela — e todo o mundo está sabendo quem eu sou —, e ir à delegacia da mulher. Ela me bate também, e eu digo: “*Apanhei e sou mulher. Defino-me como mulher*”. Neste momento, ao me definir assim, vou, nas asas do Estado, ser protegido por aquilo que o Estado combate.

Concluindo, digo que a apropriação da cultura deve se dar dentro de um conteúdo que não seja conflitivo. Que a escola não seja lugar de conflito, excluindo exatamente esses temas, porque não precisam ser tratados na escola. Os temas conflitivos podem ser tratados dentro de casa, na igreja, em outro ambiente. Os temas que são comuns, que formam o cidadão, que formam o ser humano com várias capacidades — inclusive capacidades práticas, inclusive capacidades que muitas vezes nós discriminamos, como trabalhos manuais —, devem ser tratados na escola. Os trabalhos manuais devem ocupar o conteúdo da escola também. Isso deve pautar uma educação. Do contrário, nós vamos fugir — e assim eu concluo — daquilo que eu disse no começo. E volto àquilo que eu disse no começo: não quero saber da escola com partido ou da escola sem partido, quero saber da escola da verdade.

Se este projeto não for para frente, clamo aos Srs. Deputados que nós tenhamos no Brasil a escola da verdade. Que se coloquem placas: “*Aqui o seu filho estuda numa escola com a ideologia do PSOL, ou do PT, ou do Democratas, ou do PFL, ou da Igreja Presbiteriana...*”, que o pai saiba o que está acontecendo. Do contrário, eu não fecho negócio. (Palmas.)

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece ao Dr. Pedro Sérgio as contribuições a esta Comissão.

Antes de passar a palavra para o próximo expositor, conforme o que combinamos no início dos trabalhos desta reunião, observo que há quórum regimental para deliberação e, a qualquer momento, pode iniciar a Ordem do Dia no Plenário. Portanto, se o nosso convidado não se opuser, com a concordância do Plenário faremos a suspensão da audiência pública para podermos deliberar os requerimentos. Na sequência, retomaremos a audiência pública, com a exposição do Prefeito Thiago Flores.

Passamos à Ordem do Dia.

Temos alguns requerimentos para deliberação. Indago se podemos fazer a votação em conjunto. (*Pausa.*)

Havendo concordância, passamos ao item 1.

Item 1. Requerimento nº 19, de 2017, do Sr. Joaquim Passarinho, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Especial o pedido ora formulado de convite ao Srs. Thomas Giulliano Ferreira dos Santos, Victor Sales Pinheiro e Carlos Âncede Nougué, para contribuir, em audiência pública, com o bom andamento desta Comissão.

Item 2. Requerimento nº 20, de 2017, do Sr. Flavinho, que requer a realização de seminário em São Paulo/SP, São José dos Campos/SP, Ariquemes/RO, Porto Velho/RO, com autoridades, professores, alunos e lideranças regionais, a fim de se debater o Projeto de Lei nº 7.180, de 2014.

Estes são os requerimentos constantes da Ordem do Dia.

Deputado Bacelar, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, solicito a V.Exa., caso o Deputado Flavinho, ilustre Relator, concorde, que seja aditado ao Requerimento nº 20 um seminário na cidade de Salvador, em conjunto com a Câmara Municipal daquela Capital, haja vista que tramita naquela casa um projeto semelhante ao que está tramitando nesta Casa e que tem despertado muitas discussões na Capital baiana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa. o apelo.



Indago ao Relator se há alguma objeção. (Pausa.)

Com o acatamento do Relator, fica aditada ao Requerimento nº 20, de 2017, item 2 da pauta, a indicação do Deputado Bacelar para a realização de seminário também na cidade de Salvador, na Câmara de Vereadores.

Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, na mesma linha, se possível, eu gostaria de aditar um seminário na cidade de Caruaru, em Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Indago ao Relator se há objeção. (Pausa.)

Não havendo objeção, faz-se o aditamento sugerido pelo Deputado Pastor Eurico.

Indago se algum Parlamentar deseja discutir os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, passamos à votação.

Em votação os Requerimentos nºs 19, de 2017, e 20, de 2017, com as complementações feitas a pedido dos Deputados Bacelar e Pastor Eurico, com a aquiescência do Relator.

Os que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

Tendo em vista que a Ata da 7ª Reunião Ordinária foi disponibilizada antecipadamente na página da Comissão e que se encontram sobre as bancadas cópias da referida ata desde a abertura do painel, pergunto se há alguma retificação a ser feita. (Pausa.)

Não havendo retificação a ser feita, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Agradeço aos Srs. Parlamentares a contribuição.

Voltamos à audiência pública.

Passo a palavra, neste momento, ao nosso convidado Sr. Thiago Flores, Prefeito da cidade de Ariquemes, em atendimento a convite aprovado por esta Comissão.



O Prefeito Thiago Flores vivencia o episódio dos livros ocorrido lá na cidade de Ariquemes, no meu Estado de Rondônia. O episódio e o que o Município de Ariquemes está enfrentando contribuirão, certamente, para a compreensão por parte desses Parlamentares em relação a alguns dos problemas que acontecem Brasil afora.

Sr. Prefeito, seja bem-vindo! É uma honra tê-lo conosco nesta Casa!

O SR. THIAGO FLORES - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Marcos Rogério. Saúdo V.Exa., nosso conterrâneo e amigo, Deputado exemplar para a nossa bancada. Eu o respeito muito e agradeço a convocação.

Quero cumprimentar também o nosso Relator do projeto, Deputado Flavinho, e os preletores que me antecederam: o sociólogo Daniel Cara, cuja argumentação considerei muito boa, e o nosso colega Dr. Pedro Sérgio.

É óbvio que eu já inicio me desculpando, porque fatalmente não terei a retórica desses meus dois colegas. Ainda estou engatinhando na política, no meu primeiro mandato de Prefeito. Ariquemes é uma cidade do interior do Estado de Rondônia. Contamos com aproximadamente 108 mil habitantes e somos a terceira maior cidade do Estado.

Cumprimentando todos os nobres Deputados Federais, nossos representantes da Casa do Povo.

Saúdo também os amigos Miguel, Bia e Ruth, pela perseverança na luta pelo projeto que ora defendem.

Começo lamentando a ausência da Promotora que foi convidada para aqui estar. Creio que este seria um palco, além do jurídico, para que nós pudéssemos cada qual apresentar suas versões. Perde-se, neste momento, essa oportunidade.

Sou gestor de uma cidade, como mencionei, com demandas muito maiores do que qualquer Curadoria do Ministério Público daquele Município. Ainda assim, diante de todos os afazeres, senti-me honrado e na obrigação de vir, para poder falar com os senhores. Inicio lamentando realmente essa ausência, mas lá no palco próprio, que é o judicial, nós iremos nos defender.

Os colegas expuseram muito bem o campo teórico. Dominam o assunto, cada qual na sua tese. Mas vou trazer aqui um caso prático, o que aconteceu conosco em



Ariquemes. Para que os senhores possam entender, eu preciso forçosamente fazer uma cronologia dos fatos.

Em 2015, foi escolhida, por uma comissão de professores municipais de Ariquemes, uma determinada edição de livros escolares para séries iniciais, do 1º ao 5º ano. Essa escolha se deu entre livros do MEC, obviamente. Foram três edições colocadas à disposição. Aquela Comissão optou por esta de que nós vamos tratar daqui para frente. A quantidade de livros foi suficiente para 3 anos. Ali se contemplariam os anos de 2016, 2017 e 2018.

Essa escolha, como mencionei, foi em 2015, mas, no final do ano já de 2015, a Câmara Municipal de Ariquemes, numa votação que contou com muitas discussões acaloradas e com maciça participação pública, optou por retirar do Plano Municipal de Educação a matéria afeta à ideologia de gênero. Isso aconteceu após a escolha dos livros, ainda em 2015.

Contudo, em 2016, pela atual gestão, esses livros chegaram a ser distribuídos normalmente entre os colégios. Acontece que aquela mesma Câmara que havia refutado, então, a ideologia de gênero, ao perceber que aqueles materiais estavam sendo entregues aos alunos, provocou o Poder Executivo. Nova discussão foi entabulada, dessa vez mais célere, e, por um ato de gestão, por um ato do Executivo, decidiu-se que aqueles livros seriam retirados das escolas integralmente.

Então, todos os livros foram retirados das nossas crianças no começo do ano de 2016, em fevereiro de 2016, para ser mais preciso. Esse procedimento de recolha e apreensão desses materiais foi acompanhado de perto pelo próprio Ministério Público, que acompanhou a retirada desses livros de Português, História, Geografia, Matemática, Ciências e também ideologia de gênero, diversidade familiar ou arranjos familiares diferentes, como queiram. O procedimento foi todo acompanhado pelo Ministério Público. Ao final, o Promotor, à época, promoveu o arquivamento do procedimento que havia instaurado para acompanhar esse recolhimento. Então, no seu despacho final, em que ele promove o arquivamento desse feito, ele alega justamente que, como a matéria Ideologia de Gênero não constava do Plano Municipal de Educação, o gestor, o Prefeito, não teria cometido qualquer ilegalidade na ação de recolhimento desses livros. Assim se encerrou o ano de 2016. Os alunos, quase na totalidade, permaneceram sem aqueles livros



escolares, e os professores se utilizaram de outros materiais pedagógicos para que transcorresse o ano letivo.

O ano de 2016 acabou, houve eleições, o antigo gestor não ganhou. Nós assumimos em janeiro e, no primeiro dia útil, recebemos um ofício da Câmara Municipal do seguinte teor: *“Prefeito, existem livros que estão recolhidos nas escolas com o consentimento, com o aval do próprio Ministério Público. Nós estamos vindo aqui, então, pedir que esses livros não sejam entregues, que eles continuem recolhidos”*.

Recebi sete Vereadores, inclusive um deles assumidamente homossexual, uma pessoa boníssima, prestativa, o Vereador mais bem votado do nosso Estado proporcionalmente. Inclusive, ele assina a peça, dizendo que esses livros não sejam entregues. Dois ou três dias depois, o Sindicato dos Professores Municipais protocoliza lá na Prefeitura um ofício dizendo que, se eu não entregasse esses livros, eu estaria cometendo um ato de ilegalidade, uma vez que estaria afrontando uma autonomia dos professores na escolha desses livros.

Então, de um lado, eu tinha um parecer ministerial dizendo que os livros foram recolhidos de maneira legal, de outro, tínhamos um ofício do sindicato dos professores dizendo que, se eu não entregasse os livros, eu iria responder por um ato ilegal que eu tivesse praticado.

Obviamente, vocês não me conhecem, mas eu me caracterizei por uma relação muito próxima com a população de Ariquemes, até porque é uma cidade menor do que a realidade em que os senhores vivem. Então, lá, eu dialogo com a comunidade sobre todos os problemas e soluções que acontecem na Prefeitura.

Neste caso, diante desse impasse de um ofício dizendo que estava legal o recolhimento e, de outro lado, dizendo que era melhor entregar, eu comecei a consultar a população para saber o que ela achava dessa história, como eu deveria proceder. Eu vejo nisso um ato extremamente democrático. O Ministério Público viu neste ato autopromoção. Então, nós já começamos de uma premissa diferente.

Quando eu fiz a consulta pública através de uma enquete que fizemos no âmbito da própria página oficial da Prefeitura e depois chegamos inclusive a marcar uma audiência pública também — antes era uma enquete, uma consulta pública; depois marcamos também uma audiência pública —, a cidade começou a rediscutir



o tema nos moldes de 2015. Baseado nisso, para que a gente resolvesse o cerne da questão — e nós deixamos isso bem claro desde o começo —, eu não queria deixar as crianças novamente sem livro por quase 1 ano.

Embora haja outros materiais didáticos, é inegável que um livro é um elemento subsidiador de uma escolarização de qualidade. Enfim, eu queria resolver os problemas dos livros. Reuni-me então com doze Vereadores, dentre os 13 existentes, quando houve uma decisão tomada, ou seja, para que os alunos não tivessem prejuízo, distribuiríamos o material didático. A palavra foi previamente pensada. Eu disse que o material relacionado à ideologia de gêneros seria suprimido. Quando se fala suprimido, basta uma leitura rápida em qualquer dicionário da língua portuguesa para se saber que existem vários significados. No entanto, determinada parte da imprensa, que é regida pela lei da oferta e da procura, preferiu encontrar no conceito de supressão aquele que é de maior chamamento de curiosidade, ou seja, arrancar páginas. Então, a imprensa começou a insistir que o Prefeito arrancaria as páginas dos livros afetos à ideologia de gênero. Quem arranca página bota fogo em página. Quem bota fogo em página bota fogo em gente. Então, já começou um discurso que desvirtuou completamente a questão. Eu comecei, infelizmente, a ser conhecido nacionalmente como um Prefeito medieval, etc. e tal.

Com base na discussão que houve depois e se seguiu nos meios de comunicação e nas redes sociais, eu achei importante procurar o próprio Ministério Público. A procura pelo Ministério Público partiu de mim. Fui até as Promotoras, expliquei a situação e, para minha surpresa, quando eu mencionei que aqueles recolhimentos de livros aconteceram com o conhecimento, com o aval, com o beneplácito do Ministério Público, elas disseram que não sabiam desse recolhimento, que achavam isso um ato atentatório à dignidade humana, a direitos e garantias fundamentais e que não sabiam dizer como o Ministério Público, no ano passado, havia se manifestado favoravelmente à simples retirada desses livros. Então, elas começaram a dizer que a saída seria eu assinar um TAC — Termo de Ajustamento de Conduta dentro do Ministério Público.

Talvez aí a história tenha dividido as águas. Eu disse a elas que eu havia sido eleito democraticamente num processo acompanhado pela Justiça Eleitoral, e a população de Ariquemes me confiou a possibilidade de representá-la não só



naquele ato, mas nos 4 anos subsequentes. Eu disse a elas que não assinaria TAC algum e que isso seria resolvido no âmbito da própria Prefeitura. Não preciso dizer que não sou muito bem essa negativa. O que se seguiu dali para frente foi que, em vez de se fazer uma composição de interesses na tentativa de resolver o problema, que era a distribuição dos livros, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal ingressaram com uma ação civil pública em que me acusam de ter cometido atos de improbidade administrativa. Quais seriam esses atos? Seria principalmente a questão da autopromoção, por eu ter discutido essa matéria com a população. Acusam-me também de ter ofendido a comunidade LGBT e pedem indenização por dano moral para essa comunidade que supostamente eu teria violado, incentivando uma disseminação da cultura de ódio, de discriminação. Eu respondo hoje em dia a uma ação civil pública por um fato que o próprio Ministério Público, no ano passado, sem qualquer tipo de alteração, julgou legal, que foi o recolhimento na íntegra dos livros pelo fato de eu fazer menção a suprimir determinado conteúdo. Ou seja, suprimir o todo pode: Português, História, Geografia, Matemática e ideologia de gênero pode. Agora, falar que você vai tratar desse tema *a posteriori*, mas que você pudesse nesse primeiro momento já distribuir os livros, aí não pode.

Houve uma série de notas de repúdio também em relação a meu respeito por parte da OAB Federal, OAB Seccional Rondônia, Conselho Regional de Psicologia, enfim, eu percebi naquele momento — falo por algo que vi na prática — um distanciamento que houve da vontade popular das nossas instituições.

Quando fizemos a consulta pública e franqueamos realmente a participação da comunidade na discussão desses temas, a maioria das pessoas optaram por não tratar desse tema em materiais didáticos, especialmente os dirigidos a crianças de até 6 anos de idade. Essa era a opinião reinante e majoritária da população de Ariquemes e talvez do Estado de Rondônia, mas não eram essas as expressões manifestadas pelas nossas instituições, como o Ministério Público, a OAB e algumas outras entidades de classe.

Fato é que nós estamos com essa ação civil pública. No bojo dessa ação há uma coisa importante a se referir que é costumeira, pelo menos na realidade do nosso Município. Quando as aulas começam, este ano começaram no dia 5 de fevereiro, é normal que os professores utilizem o primeiro mês para fazer o seu



planejamento anual, para fazer um estudo da classe, para saber como se encontram esses alunos. Esse é um período que os professores chamam de diagnóstico. Somente após esse período diagnóstico é que costumeira e culturalmente esses livros são entregues. Isso se dá geralmente no mês de março.

Tudo isso que eu estou falando para os senhores, embora eu não tenha assinado TAC algum, nem com MPF nem com MPE, nós o fizemos por escrito, dizendo que existe esse período diagnóstico e que, mesmo que eu quisesse entregar os livros, eu assim não poderia proceder, porque apenas ao final do diagnóstico é que seria possível a entrega dos livros.

Para minha surpresa, essa ação promovida pelos Ministérios Públicos se deu ainda no período diagnóstico, mesmo eles sabendo documentalmente, porque assim o fizemos, de que não poderíamos ou não era praxe entregar esses livros no período do diagnóstico, ainda assim perpetraram a ação e fizeram questão de, mal publicaram a ação — quem conhece um pouco de Direito sabe que, quando se oferece a denúncia, há todo um processo até que haja o recebimento da denúncia —, enfim, mal protocolaram a ação, já estava em todas as manchetes de Rondônia a existência dessa ação, inclusive promotores dando entrevistas e dizendo que eu poderia perder o cargo.

Então, é isso que deixo para pensarmos: primeiro, o campo para se discutir questões de Direito é no processo e não na mídia. Nós teremos lá o campo próprio para que façamos a defesa. É um problema que hoje acontece com Ariquemes, mas eu não sei quais serão as consequências dessa situação. O fato é que é preciso resolver esse problema.

Hoje em dia, eu fui notificado dessa ação judicial só agora, segunda-feira, embora as notícias na imprensa já datem de quase 10 dias. Só agora fui notificado para que, em 72 horas, eu apresente a nossa justificativa para, aí sim, o juiz decidir se recebe a inicial, se defere uma medida de tutela antecipada.

Qual foi a minha justificativa? Nós estamos no período. Eu recebi na segunda, e vai vencer amanhã o prazo. Neste momento, há uma informação que faz com que eu, forçosamente, até me preocupe em entregar os livros. Por quê? Porque, durante essa celeuma toda, houve uma manifestação nas redes sociais em Ariquemes. Se o Prefeito não pode rasgar as folhas, eu, pai, posso.



Então, eu tenho até medo de entregar realmente os livros nesse contexto, e algum pai, utilizando-se do seu direito consagrado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, no seu art. 12, item 4, possa rasgar essas folhas, e eu ainda ser imputado sobre isso. Já que eu me promovi pelo simples fato de ter levado essa discussão para a sociedade, que dirá se essa sociedade começar a rasgar as páginas. Então, esta é a preocupação que eu trago aqui para a Câmara dos Deputados.

Finalizando aqui a minha participação, como bem disse o Prof. Daniel: se não há necessidade de novas leis para tratar de velhos assuntos, também acho que não há necessidade de que livros didáticos tratem desse tema.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece a presença do Prefeito de Ariquemes, Thiago Flores, do Estado de Rondônia, sobretudo o seu testemunho junto aos trabalhos desta Comissão Especial, que muito contribui para a compreensão dessa temática.

Todos sabem que eu tenho as minhas opiniões em relação a esse tema, mas, na condução dos trabalhos desta Comissão Especial, procuro exercer a Presidência com a maior imparcialidade possível.

Apenas farei um registro de fato: nesta matéria da questão da ideologia de gênero, da mesma forma como nós debatemos e vencemos na questão do Custo Aluno-Qualidade na meta de investimento da educação em relação aos 10% do PIB, também a questão da ideologia de gênero foi objeto de debate amplo no âmbito das duas Casas. Nesse confronto, prevaleceu o entendimento, a compreensão de que esse assunto não estaria presente no Plano Nacional de Educação. Portanto, esta matéria foi vencida. Houve um debate amplo, mas ao final ela foi rejeitada por esta Casa. No texto que nós aprovamos, nós substituímos aqueles itens relativos à ideologia de gênero para o combate a toda forma de discriminação. Eu me lembro muito bem qual foi o texto que aprovamos, fruto de amplo debate. Portanto, agradeço a V.Exa. pela presença junto a esta Comissão Especial.

A partir deste momento, passaremos à participação dos Parlamentares.

Inicialmente, passo a palavra ao Relator para as suas ponderações e questionamentos aos convidados.



O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Sr. Presidente, boa tarde, bem como aos nobres Deputados que estão conosco nesta Comissão, que sempre tem uma audiência muito grande. Que bom que nós estamos atentos e ocupados com essa temática dentro desta Casa, o que é muito importante.

Quero saudar os nossos convidados e agradecer as explanações, as contribuições. Para este Relator, realmente é muito rico ouvir todas essas experiências para que, ao final, nós possamos apresentar um relatório a contento.

Eu marquei alguns pontos aqui da fala do Sr. Daniel Cara que me chamaram a atenção, primeiro, falando da questão da qualidade do ensino. O que é um ensino de qualidade? Eu acho que esta é uma pergunta que todos nós devemos realmente nos fazer. Independente de linha ideológica, todos nós devemos estar preocupados com a qualidade do ensino no nosso País, que todos nós sabemos que é baixíssima. Então, este é o primeiro ponto que eu quero destacar e deve estar na discussão também dentro de uma realidade de Comissão como esta.

Segundo, a centralidade da educação. O senhor também dizia que a educação deveria ser o centro da nossa República, da nossa democracia. Eu também estou de pleno acordo, mas infelizmente isso ainda não acontece. Nós vemos ainda uma defasagem muito grande, inclusive na própria questão do investimento na educação e uma série de situações que não são simplesmente deste Governo, mas de todos os governos anteriores, que realmente não priorizaram a educação no nosso País. Ainda estamos falando da qualidade, do investimento, de estrutura, seja para professores, seja para alunos.

O senhor falou da questão do tensionamento no espaço escolar. Aqui eu quero já lançar a primeira pergunta, especialmente para os três. Gosto sempre de fazer assim para termos uma visão bem ampla do mesmo questionamento. O senhor dizia sobre a questão do tensionamento.

Então, a minha primeira pergunta é: quais são os fatores desse tensionamento, diante da experiência que V.Sas. têm, tanto os dois professores quanto o nosso Prefeito Thiago Flores? Na visão dos senhores, quais são os fatores que têm tensionado o espaço escolar? De forma muito concreta, prática, quais são os fatores que têm tensionado o espaço escolar? Eu acho que isso também é uma



unanimidade, seja de uma vertente extrema ou de uma outra, mas existem tensionamentos dentro do espaço escolar. Então, quais são esses fatores?

Um ponto que também foi tratado pelo Dr. Pedro e que foi dito pelo senhor é a questão de se apropriar da cultura. A pergunta que lanço também para os senhores é se nós não corremos o risco de ver as nossas crianças serem apropriadas também por uma cultura, o inverso do que seria a essência da educação, como o senhor colocava, como esse significado essencial de se apropriar da cultura. Também não corremos o risco, por que fatores, de essa criança, de esse adolescente ser apropriado também por uma cultura?

Como eu gosto sempre de trazer aqui o confronto com os projetos que estamos tratando, porque, muito mais que discussão ideológica, estamos tratando de projetos, de leis que estão sendo discutidos nesta Comissão. Especialmente do Projeto de Lei nº 6.005, de 2016, dos Deputados Jean Wyllys e Izalci, que é o que também dá nome a esta Comissão, e do PL 867, de 2015, quero deixar esses dois incisos para que os senhores também possam colocar a sua visão. Primeiro, o art. 1º do projeto de lei do Deputado Jean Wyllys, incisos I, II, III e IV. Aliás, vou ler primeiro o artigo, que diz assim — é muito breve:

"Art. 1º Fica criado, em todo o território nacional, o Programa 'Escola Livre', no âmbito dos ensinos público e privado, atendendo aos seguintes princípios:

I - a livre manifestação do pensamento;

II - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, ler, publicar e divulgar por todos os meios a cultura, o conhecimento, o pensamento, as artes e o saber, sem qualquer tipo de censura ou repressão;

III - o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas — e o senhor dizia, inclusive, que não é tratada até hoje, pelo menos dentro da sua visão, nos planos escolares, a questão pedagógica ou não é colocada como prioridade;

IV - a laicidade e o respeito pela liberdade religiosa, de crença e de não-crença, sem imposição e/ou coerção



em favor ou desfavor de qualquer tipo de doutrina religiosa ou ausência dela.

(...)"

E aí segue. Eu não vou tratar do inciso V porque ele já entra num ponto mais polêmico que nós estamos tratando aqui e que no PNE não foi incluído, que é a discussão da orientação sexual, a identidade de gênero ou ideologia de gênero. Então, eu me abstendo de entrar nessa discussão do inciso V.

Fazendo um paralelo com o projeto do Deputado Izalci, vejamos o art. 4º:

"Art. 4º No exercício de suas funções, o professor:

I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária;

II - não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas ou da falta delas;

III - Não fará propaganda política ou partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;

(...)"

Eu fico nesses quatro incisos e gostaria de ter o parecer dos senhores, dos três, fazendo um paralelo desses incisos, que me parece serem muito concernentes, porque me parece que eles acabam, como nós temos dito aqui sempre ao final das discussões, num consenso em alguns pontos. Então, eu, como Relator, estou tentando buscar esses consensos, para então irmos debatendo os projetos com a possibilidade desse acréscimo da experiência dos senhores.

Eu gostaria, se o Sr. Presidente me permite, de ouvir os nossos convidados.



O SR. DANIEL CARA - Sr. Presidente, eu tinha algumas questões a abordar em relação aos outros expositores para colaborar com o debate. Qual é o procedimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Só para tranquilizar os convidados, ao final, depois dos questionamentos, haverá uma oportunidade para as considerações de todos os debatedores. Então, neste primeiro momento, se V.Sa. quiser se ater aos questionamentos, fique à vontade. Ao final, V.Sa. terá a palavra livre para as considerações.

O SR. DANIEL CARA - Bom, então, eu vou me ater aos questionamentos do Relator. Primeiro, eu fico feliz, embora isso não seja uma prática constante no debate desta matéria, porque nesta audiência pública a questão da educação ficou bastante ressaltada. Esse era o meu objetivo aqui. Então, de certa maneira, eu já cumpri a minha missão em relação àqueles que eu represento.

Os fatores que geram tensionamentos — e isso tem tudo a ver com os incisos que foram trazidos a debate — são basicamente vinculados a uma questão que não tem sido percebida como importante no debate público brasileiro: a da identidade. É muito fácil falar que nos colocamos no lugar da mulher, no lugar do negro, no lugar dos mais pobres, no lugar dos homossexuais, mas muitas vezes nós não os somos e não sabemos o que eles vivem. Isso pode parecer uma coisa banal, mas é central.

Há o exemplo colocado pelo Prof. Pedro — aliás, eu agradeço as menções à minha fala —, em que ele pode se considerar uma mulher e, a partir desse momento, tem o direito de bater em outra mulher. Isso é claramente um absurdo, é claramente inaceitável. É claro que ele se utilizou de um argumento imagético para fortalecer a sua tese, mas agressão é agressão, em qualquer situação, e ela tem pesos diferentes, sim, na sociedade brasileira. É preciso que se deixe isso claro.

Em relação aos incisos, eles colidem sim. Eu acho que o projeto do Deputado Jean Wyllys não é bom nem o do Deputado Izalci Lucas. Sinceramente, eu considero que os dois projetos não colaboram com o debate. Inclusive é importante fazer uma observação pertinente em relação ao Plano Nacional de Educação: ele não venceu a questão da ideologia de gênero, porque de fato ela não estava posta, optou-se por uma posição neutra — o combate a todas as formas de discriminação. Isso significa que a escola tem que tratar do debate sobre as formas de



discriminação. No momento em que isso for regulamentado, vai-se colocar a questão, referente a sua primeira pergunta, dos tensionamentos do espaço escolar.

Segundo a pesquisa do UNICEF — acho que vale a pena inclusive convidá-la para o debate e trazer à discussão o U-Report, que é uma agência internacional —, os tensionamentos do espaço escolar dão-se exatamente pelas formas de discriminação que foram excluídas da ênfase posta no Plano Nacional de Educação. Quais eram? Discriminação de gênero, de orientação sexual e de raça. Essas de fato são as três questões que eu considero mais basilares.

O problema do texto do Deputado Izalci Lucas é a ideia da audiência cativa e de que o professor não pode se aproveitar dela. Essa é a base que forma, na nossa visão, o conceito do tribunal pedagógico, no sentido de que o tempo todo vai se julgar aquilo que o professor está fazendo, muitas vezes, ao apresentar um conteúdo basilar.

Por exemplo, numa aula de ciências, no Ensino Médio, é necessário que se debata questões relativas ao processo de reprodução humana, no mínimo. Aliás, já seria tarde, teria que ter se discutido isso antes. Como fazer esse debate? Qual vai ser a referência dele? Como vai se enfrentar essa questão? Esses são pontos que eu acho importantes, Prof. Pedro. Aproveitando a sua exposição, eu considero que esse projeto está no lugar errado. As questões que o senhor trouxe são válidas. O debate é sobre o conteúdo curricular das escolas brasileiras. A Base Nacional Comum Curricular é que está sendo debatida nacionalmente. Esse é o lugar onde deve ser debatida a questão do currículo em termos educacionais.

Então, eu considero que esses dois projetos — e a minha posição é muito sincera — deveriam ser arquivados. Eu não considero que nenhum dos dois projetos tenha centralidade para melhorar, efetivamente, a qualidade da educação pública.

O SR. PEDRO SÉRGIO DOS SANTOS - Respondendo às indagações levantadas pelo ilustre Relator, principalmente no que tensiona. Sr. Relator, Srs. Deputados, a meu ver, o que tensiona a escola, basicamente, para uma criança, para um adolescente ou para um adulto que está na escola, seja para quem for, até nas nossas relações pessoais, é quando nós não convivemos com a verdade, quando convivemos com a confusão.



Vou dar alguns exemplos de como a escola vai sendo tensionada. Por exemplo, na mídia e nas redes sociais, quem defende a ideologia de gênero diz que nós estamos num Estado laico. Eu concordo, mas há uma confusão aí. Trata-se do problema da mentira de novo.

Vou dar uma definição bem simplista de Estado. Estado laico, Estado ateu e Estado com religião oficial são três coisas bem distintas. Usam o nome Estado laico, por exemplo, de maneira confusa e mentirosa, para levar a uma determinada situação.

Um Estado com religião oficial era aquilo que se tinha no Brasil no século XVIII — com a religião oficial católica, ou aquilo que se tem nos países islâmicos: a religião oficial do islamismo. Essa é uma definição. Um Estado ateu, por exemplo, era quando havia uma ditadura comunista, em que não podia haver religião. Num Estado ateu não se pode falar em religião. Um Estado laico é democrático, pluralista e da diversidade — usando o termo da moda —, no qual eu respeito todas as religiões e não desrespeito nenhuma, inclusive a formação dessas religiões na cultura de um povo. Eu não desprezo isso.

Portanto, quando eu ouço a fala de um Prefeito, que ouve a voz de um povo, que inclusive tem os seus valores pautados pela religião, vejo que o que está tensionando a escola é exatamente a confusão que se faz de determinados conceitos. Essa é uma confusão dolosa, proposital. E digo mais: quando se faz a manipulação das verdades. Eu vou mostrar um documento oficial de manipulação da verdade na minha escola.

No ano passado, o Deputado Jean Wyllys esteve lá na minha universidade. Lá tem uma escola de ensino de 1º e 2º graus. Ao ser convidado, S.Exa. fez uma palestra na escola e disse o que pensa. Todo mundo sabe o que é. Eu não vou mais repetir o que o Deputado Jean Wyllys pensa nem seus projetos de lei. Em seguida — está aí a cópia do e-mail —, mandamos, não em meu nome, como diretor da escola, mas como um cidadão e professor do Grupo de Estudos Liberalismo e Democracia, um pedido para que também se fizesse na escola um debate com outros Parlamentares — o Deputado João Campos ou qualquer outro —, para colocar como era a atividade parlamentar, porque ele disse: “*Não, o Jean Wyllys não vem fazer propaganda de gênero. Ele vem falar como é a atividade*



parlamentar". Eu falei: "Está bom. Mas há outros Deputados de qualquer lugar do Brasil que também têm atividades parlamentares e que podem vir aqui fazer esse pedido".

Então, isso foi encaminhado para ele em junho, e a resposta está aqui. Vou lê-la resposta para os senhores. Aí vem a mentira. Esta é a resposta que recebi, que foi copiada do meu e-mail:

Prezado Prof. Pedro Sérgio,

Estou encaminhando a sua mensagem para a Coordenação Pedagógica. E, como lhe informei por telefone, levarei sua solicitação ao Conselho Diretor hoje à tarde, com a posição favorável da Direção do CEPAE de que o evento poderá ser realizado em data a ser definida pela Coordenação Pedagógica, tendo em vista o nosso calendário escolar, que foi aprovado no início do ano letivo, para organizá-lo.

Está aí a data deste e-mail: 29 de junho de 2016. E os senhores sabem quando a presença desse outro Deputado será aprovada no CEPAE? Está aí.

Então, o que traz tensão à escola? Não é a presença do Deputado Jean Wyllys que tensiona a escola. O que tensiona a escola é o fato de que, se eu posso colocar o Deputado Jean Wyllys para falar com os pais e alunos — como na foto que está lá para os senhores verem —, posso colocar qualquer outro Deputado para falar para os pais e alunos. Qualquer Deputado pode entrar numa escola pública, numa universidade federal. Qualquer Deputado pode entrar, inclusive o Deputado Jean Wyllys.

Portanto, o que tensiona a escola, Sr. Deputado, é a manipulação, é a falta de verdade. É isso que tensiona a escola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Tem a palavra o Sr. Prefeito Thiago Flores.

O SR. THIAGO FLORES - A minha opinião baseia-se mais no que presencio no dia a dia do que naquilo que leio em livros. Não sou educador, não sou doutrinador, não sou sociólogo.



Quando falamos sobre qual seria a melhor educação, que o objetivo desta audiência, o meu entendimento — de quem está nas ruas, egresso da carreira policial, e que diariamente frequentava as escolas — é que precisamos restabelecer o conceito de comunidade escolar. Uma escola forte vem da comunidade escolar, da interação entre família e escola. Acho que é isso o que temos perdido no transcorrer dos anos.

A família, por inúmeros motivos, abdica de suas orientações em casa e deixa que um terceiro, estranho ao convívio familiar, as faça. E é triste porque esse terceiro geralmente é mal remunerado e tem uma carga excessiva de trabalho, que é exercido em condições desfavoráveis. Esse é o grande problema.

Temos que parar de queimar etapas. Criança é criança. Uma criança com 5 anos de idade é uma criança com 5 anos de idade. Por que despertar nessa criança conhecimentos voltados a sexo? (*Palmas.*)

Acho que a grande questão é justamente esta: estamos queimando etapas e fechando os olhos para os verdadeiros problemas. Uma criança que tenha um português de melhor qualidade, que saiba somar, dividir e multiplicar, que tenha conhecimento da história do seu país e do seu mundo vai ter muito mais facilidade para aprender sobre diversidade sexual, diferença entre gêneros, etc. e tal.

Então, acho que o incentivo, o foco está sendo perdido quando nos esquecemos de proceder às verdadeiras mudanças, que são, em primeiro lugar, não queimar etapas, e, em segundo lugar, fomentar a base educacional.

No meu Estado, infelizmente, há crianças com 7, 8 ou 9 anos que ainda não sabem ler. Como você vai querer incutir, numa pessoa que não sabe ler e não tem conhecimento do mundo, problemas que nós adultos temos dificuldades de tratar? Há tanta sigla hoje em dia! Falararam-me que há 70 tipos de gêneros. (*Risos.*) Como você vai iniciar uma conversa dessas com uma criança de 5 anos?

O meu entendimento é este: para termos uma escola forte, devemos restabelecer o conceito de comunidade escolar, em que haja uma interação simbiótica e positiva entre escola e família; e devemos parar de queimar etapas. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece aos convidados pelas contribuições que trouxeram a esta Comissão Especial.

Na sequência, teremos a participação dos Srs. e Sras. Parlamentares. Há uma lista de cinco Parlamentares inscritos.

Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Obrigado, Sr. Presidente Marcos Rogério. Cumprimento o Deputado Flavinho, o nosso Relator, os senhores expositores, as Sras. e os Srs. Parlamentares e os convidados aqui presentes.

A realidade é que os marxistas faliram a educação brasileira, criando zumbis intelectualizados, preconceituosos e ideologizados. (*Palmas.*) Alguém não preconceituoso, não ideologizado e não intelectualizado disse uma vez: *“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”*.

A sociedade brasileira está sendo liberta só pelo fato de ter havido a instalação desta Comissão aqui, só pelo fato de estarmos debatendo. (*Palmas.*) Os pais estão se libertando de toda essa contradição que a escola brasileira vive. A escola sem partido não leva a lugar nenhum? Leva, sim. Leva ao arejar de ideias, ao arejar de conhecimento, a esta libertação: a liberdade daqueles que querem de fato ser livres.

O que a escola tem a ver? Falou-se aqui sobre a questão do nazismo, que um pai processou a escola porque o nazismo não foi colocado pelo professor. Que moral o marxista tem para falar de nazismo? Eles detestam os judeus! (*Palmas.*) Aqui nesta Casa, vemos os discursos que eles têm contra os judeus! Sabemos como o Estado de Israel é tratado aqui nesta Casa por eles.

E agora eles vêm gozar a minha cara? Ah! Estou aqui há cinco mandatos! Estão pensando que sou moleque, que sou menino? Tenho 63 anos de idade. Tenho uma filha advogada que, quando tomou posse no DCE de determinada universidade de um determinado Estado — foi eleita Presidente —, a turma da Esquerda marxista foi lá e quebrou todo o diretório! Que conversa fiada!

“Ah! Deputado Lincoln Portela, V.Exa. está perdendo as estribelhas!” Não! Falar com um pouco mais de contundência, sem mentira, trazendo à luz a verdade é outra conversa totalmente diferente!



Fala-se também de racismo, e o colocam como se cristãos renovados ou cristãos católicos e protestantes fossem preconceituosos com negros. Não conhecem a nossa história! Entre 65% e 75% dos cristãos brasileiros protestantes são negros, são afrodescendentes, são de origem afrodescendente!

E querem nos colocar uma coisa que não temos, que não somos! Que conversa fiada! Que brincadeira de mau gosto! É o fim da ditadura nas escolas!

O clima está tenso, sim, porque os preconceituosos tencionam há muito tempo, repetindo, Prof. Pedro, como ocorreu com a questão do Estado laico e do Estado laicista. Lamentavelmente, grande parte do povo brasileiro tem dificuldade de ler. Hoje lê mídia social, de cujo conteúdo 70% representa mentiras. Não sabe separar Estado laicista de Estado laico e vai repetindo isso como se fôssemos ignorantes!

Ah! Estão me gozando? Estão me gozando? Parem com isso! (*Palmas.*) Por favor, chega disso! Chega disso!

Ideologia de gênero já foi vencida nesta Casa. Governadores estão fazendo por decreto, como aconteceu lá em Minas Gerais. Pare com isso! Temos que mudar essas coisas! Fim da ditadura! Fim de todo esse preconceito contra aqueles que têm uma maneira diferente de pensar daqueles que seguem o preguiçoso, o estúpido, talvez mal casado, talvez mau pai, talvez alguém que não gostasse de trabalhar chamado Karl Marx.

Grande abraço a todos. (*Manifestação no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Na sequência, pela ordem de inscritos, concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico.

V.Exa. tem a palavra, para sua intervenção.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, parabenizar V.Exa. pela forma como isonomicamente vem conduzindo os trabalhos. E é claro que todos nós, quando estamos na posição de V.Exa., assim procedemos, diferentemente de quando estamos no outro lado, colocando os nossos posicionamentos.

É bonito ouvirmos os dois lados, mas o que me deixa preocupado é que, às vezes, algumas pessoas parecem estar em outro mundo e não conhecer a realidade das escolas, o que realmente acontece nelas.



Todo movimento esquerdista tentou entrar nas escolas. Os movimentos estudantis são exatamente... Os estudantes são praticamente massa de manobra de esquerdopatas que tentam mudar a conjuntura política do nosso País e tentaram realmente entrar pelas escolas.

Quando eles assumem o poder, como esquerda, nós poderíamos — e eu acho que ninguém aqui seria contrário — falar sobre política nas escolas e falar também sobre religião, tratando-se de conhecimentos gerais.

Um dos nossos oradores aqui foi... Eu até concordo com o nobre Sr. Daniel Cara, quando ele fala da situação dos professores. Discordo quando ele nos diz que há um tribunal de inquisição para esses professores. Não existe isso, porque o professor pode falar dentro daquela grade curricular, e, se o assunto é político, ele pode falar sobre política. Mas ele não pode falar que o partido A é o certo e que todos devem ir para esse partido, como se eu, como pastor, fosse professor e quisesse falar sobre religiões na escola, impondo a minha religião. Isso é doutrinação.

Nós não estamos defendendo doutrina política nem religiosa. Religião confessional é algo à parte. Conhecimentos gerais são outra coisa. Conhecimento político é uma situação e doutrina política é outra. Por outro lado, em nenhum momento, eu e outros companheiros aqui estamos defendendo escola-partido usando religião. Mas quase todos os que aqui chegam nos olham como se quiséssemos levar a questão da religião nessa discussão. Em nenhum momento!

Nós somos favoráveis ao direito de aprender do aluno. Queremos que ele seja respeitado dentro da grade curricular! Os princípios dele também devem ser respeitados. O professor ensinar... Aqui foi citado que eu tive muitos embates com essa questão em sala de aula. Por exemplo, o professor de Biologia vai falar sobre a Teoria da Evolução. Tudo bem. Eu não creio na Teoria da Evolução. Eu creio no Criacionismo. No entanto, na hora de eu responder na prova, eu dizia: *“De acordo com ensinamento do professor, a posição é esta”*. Nem por isso eu brigava com o professor.

Mas o professor vir questionar a minha fé é diferente. Eu estou falando agora porque o assunto tem a ver com religião. A mesma coisa é eu falar sobre partido: eu discordar dos posicionamentos ideológicos de partido é uma situação, mas eu levar



isso para sala de aula e, dentro da sala de aula, ver os absurdos que nós vemos por esse Brasil não é possível. Não tem nada a ver em sala de aula estar: “*Fora, Dilma!*” “*Fora, Temer!*” “*Fora, seja lá quem for!*” Não! Lá não é lugar para isso. Lá é lugar para outra coisa.

As disciplinas escolares são outra situação. Quanto à doutrinação, por favor, nós estamos questionando isso aqui! Já foram apresentadas aqui as barbáries que acontecem em sala de aula. Nós estamos indo de encontro a tudo isso, porque esse movimento que saiu do poder queria transformar os nossos alunos em uma sociedade esquerdistas. É isso que nós não queremos. O Brasil é livre. As pessoas são livres para pensar, agir, e não devem ser induzidas por uma meia dúzia de esquerdistas miseráveis que procuraram destruir muitas vidas e nações e querem fazer isso no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Alan Rick.

O SR. DEPUTADO ALAN RICK - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rogério, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos e parabenizar todos os expositores pela maneira respeitosa e coerente que apresentaram suas posições a respeito deste tema, que precisa ser debatido nesta Casa, que representa os anseios da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, eu quero iniciar meu discurso fazendo alusão a uma nota oficial do Presidente da Associação Americana de Pediatras, juntamente com o Chefe da psiquiatria do Hospital Johns Hopkins, um dos mais respeitados do mundo na área, que diz o seguinte sobre ideologia de gênero ou sobre o ensino de gênero:

“Todos nascem com sexo biológico. Como no reino animal, na classe dos vertebrados, mamíferos, na ordem dos primatas, na família dos homínídeos e aqueles do gênero humano nascemos machos e fêmeas. É um fato biológico. Não é a ideologia que marca o nosso sexo.”

Ninguém nasce com gênero, mas com sexo.

Ora, quando esta Casa se debruçou sobre o projeto de lei que instituiu o Plano Nacional de Educação, hoje a Lei nº 13.005/2014, retirou, com base no anseio



da sociedade brasileira, todo tipo de alusão ao ensino de ideologia de gênero em sala de aula.

O que o Programa Escola sem Partido prega é exatamente a obediência ao que foi definido, decidido e votado por esta Casa.

Prefeito Thiago Flores, por quem tenho um profundo respeito e que parabenizo pela coragem, V.Exa. é macho! V.Exa. é homem! (Palmas.) A Esquerda psicótica, os ativistas que não aceitam a contradição, tenta denegrir a sua imagem, tenta desvirtuar a sua fala e se utiliza de todos os mecanismos que tem, inclusive de alguns veículos da imprensa que compram esse discurso, que, como eu disse na audiência passada, é um sofisma, é uma grande mentira cercada de alguns argumentos verdadeiros para parecer que é verdade.

Sr. Prefeito, V.Exa. tem o meu apoio. V.Exa. obedeceu à lei. V.Exa. cumpriu a lei. E quando nós cumprimos a lei, nós temos respaldo jurídico.

Vou concluir, Sr. Presidente.

O Dr. Pedro Sérgio dos Santos falou muito bem, inclusive mostrando a queima da Bíblia lá no meu Estado do Acre. Nós representamos contra os criminosos que queimaram a Bíblia. Abusaram da sua liberdade de expressão (olhem o sofisma, uma mentira: liberdade de expressão) para vilipendiar um documento sagrado, um instrumento de culto, que, inclusive, é protegido pela lei brasileira e pelo Código Penal Brasileiro.

Como V.Exa. disse, e tem que ficar muito claro, nós queremos uma escola sem partido. Ali estão os deveres do professor, e ninguém em sã consciência pode ser contra aqueles deveres — ninguém em sã consciência, repito. Apenas aqueles que querem desvirtuar tais deveres para se utilizarem da sala de aula, da fragilidade moral e psicológica dos alunos para impor a sua doutrina, a sua ideologia, o seu projeto ideológico.

Portanto, o senhor tem o meu apoio, e é dever desta Casa versar sobre esse tema e defender o direito a uma escola que seja plural, e não uma doutrinadora, que se utilize da audiência cativa dos alunos para doutrinar.

Um pai de classe média, classe média alta que tem condições de pagar uma escola confessional, uma escola militar, o que quer que seja, onde ele sabe o que se ensina naquela sala de aula, pode escolher para o seu filho a educação que ele



quer. Um pai e uma mãe que não têm condições de pagar uma escola confessional, cuja estrutura pedagógica eles conheçam realmente, são obrigados por lei a matricular seu filho na escola pública.

E quem serão os professores que vão ministrar educação para o seu filho? Ora, a Esquerda durante muitos anos, Sr. Presidente, dominou as universidades, e realmente Paulo Freire teria vergonha do que os esquerdistas fazem hoje nas salas de aula — teria vergonha, Deputado Paulo Freire do que fazem hoje —, porque eles se utilizam de forma contundente da sua ideologia dentro de sala de aula para catequizar os nossos jovens. Como eles já não conseguem mais fazer isso como faziam antigamente, porque há uma nova geração de jovens mais politicamente ativa, mais preparada para o debate, estão querendo agora entrar nas escolas no ensino fundamental, para desvirtuar e doutrinar nossas crianças desde cedo.

Longa vida ao Escola sem Partido! Vamos aprovar essa matéria! (*Palmas.*)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Bacelar, mas antes convido o Deputado Pastor Eurico para assumir a Presidência — eu não registrei a presença no plenário, e a Ordem do Dia já está aberta.

Deputado Bacelar, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela condução imparcial das diversas audiências que já foram feitas e também parabenizar o Deputado Flavinho, nosso Relator.

Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar os expositores, que foram firmes e esclarecedores nas suas posições — ressalto a simpatia do Prefeito de Ariquemes, para quem quero dizer que a primeira coisa, Prefeito, é o que o Dr. Daniel Cara disse: falta o debate pedagógico no debate educacional.

Eu conheço representantes do Ministério Público que já tentaram impor a determinada rede municipal de ensino a determinação de que o método que aquela rede deveria utilizar na alfabetização deveria ser o método sintético ou o método analítico. Quer dizer, o Ministério Público chegou ao ponto de determinar à rede que método de alfabetização a rede deveria adotar.



Por outro lado, Dr. Pedro, Diretor da faculdade, os excessos eu acho que nós devemos combater, apesar de eles serem pontuais — eles não são gerais.

O Prof. Fernando Penna, salvo engano, da Universidade Federal Fluminense, apresentou aqui uma página oficial do movimento Escola sem Partido, na presença do Presidente do movimento, onde tinha uma foto de um livro didático que falava de mitologia. Aí falava de mitologia grega, de mitologia africana, e, na mitologia africana, aparecia a foto de um deus africano. Ao lado, estava escrito a caneta: “coisa do diabo”. Então há esses excessos de todos os lados, como a oficina da siririca, que o senhor citou, mas acho que são pontuais.

Educação de qualidade, segundo a UNESCO, não é apenas acadêmica; deve também construir cidadãos globais que se importam com direitos humanos.

O indivíduo pode dizer que é apartidário, do ponto de vista de que não gosta da política institucional, a política que se dá no lócus do Estado; o indivíduo pode dizer até que é apolítico, ou seja, pode dizer que não gosta da atividade maior que diz respeito à vida em sociedade; mas nenhum indivíduo pode dizer que não tem uma visão de mundo, principalmente o professor. O professor não pode doutrinar alunos, o professor não pode aliciar almas, mas o professor não pode se omitir, porque isso é um desrespeito ao aluno. O professor não pode ocultar sua ideologia, porque é desonestidade, uma vez que neutralidade não existe. Ele não vai fazer doutrinação, mas as suas posições, a sua visão de mundo ele precisa dar.

Eu perguntaria, para finalizar, como vocês orientariam o professor a agir, agora que estamos nos aproximando do 13 de Maio. O aluno chega em sala de aula e diz: *“Professor, meu Pai me disse em casa que a vinda dos africanos para o Brasil foi um dos maiores processos de imigração que a sociedade humana já viu”*. O que é que o professor vai dizer a esse aluno? Que a maior diáspora que o planeta Terra já viu foi apenas um processo de imigração? Porque o africano achava que ele vinha para essa terra linda, maravilhosa, que ia criar os seus filhos aqui, que ia ter uma nova vida. E isso é um fato concreto; aconteceu agora, na maior potência mundial: o Ministro da Habitação do Governo Trump diz que os afro-americanos estão nos Estados Unidos por causa de um dos maiores processos de imigração que já ocorreu. Então, eu pergunto: como é que esse professor deve se posicionar perante esse aluno?



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Dando sequência, senhoras e senhores, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, demais colegas, queria pedir a atenção dos Deputados que estão presentes — Sóstenes Cavalcante, Paulo Freire, Bacelar. Levante a mão, por favor, o Deputado que apoia o nazismo. Não há nenhum, perfeito?

Então, prezado Daniel Cara, o senhor não precisa fazer a insinuação sutil, mas baixa, de que pelo menos a maioria dos Deputados aqui não é a favor do nazismo. O senhor pode falar que 100% dos Deputados aqui são contra o nazismo. (Palmas.)

O senhor usou bonitas palavras e, mais uma vez, a tática das premissas certas que chegam a uma conclusão errada, ou então a técnica de espantalho, falando de negros, mulheres, gays, oprimidos, como se os senhores fossem — somente os senhores — a favor da defesa deles e todos os demais que falassem contrários fossem contra negros, mulheres, gays, etc. Essa tática nós já conhecemos. De repente, lá fora, alguém até caia nessa armadilha; aqui dentro pode ter certeza que não.

Inclusive assistimos aqui a um pouco mais do mesmo, quando tentaram relacionar Escola sem Partido com os cristãos. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O povo cristão...

Prezado Deputado Sóstenes Cavalcante, foi até engraçado o que pensei nesse final de semana. Eu estava em Santa Catarina e, no domingo, passei em frente a uma igreja, de onde estava saindo o pessoal. Havia muitas mulheres com a saia mais longa, os homens de camisa de botão com a Bíblia embaixo do braço, eu pensei: *“Meu Deus, esses aí é que são os assassinos, os racistas, os homofóbicos, os que devem bater em mulher”*. Não são aqueles lá do norte da África, do Oriente Médio, que fazem decapitação de clítoris, que obrigam as mulheres a utilizar burca, que os maridos as agridem, tacam ácido nelas. Com esses daí, tudo bem.

Eu me lembro até de certa “Presidanta”, chamada Dilma, que nomeou como o seu representante da juventude — veja só, Deputado Alan Rick — o Deputado Jean Wyllys. Só que ele não vai lá negociar com o Estado Islâmico, não é? E a Dilma



defende um diálogo com o Estado Islâmico, já que ela condenou o bombardeio naquela localidade por parte dos Estados Unidos.

Pois bem, vou um pouco mais adiante.

Com certeza não é o assunto desta Comissão, prezado Daniel Cara, mas nós dissemos que muitos Deputados aqui não leram Paulo Freire — acredito que a esmagadora maioria não deve ter lido, e eu os aconselho realmente a não lerem. Por quê? Porque tivemos aqui 13 anos de PT pautados em Paulo Freire e estamos colhendo hoje o resultado: as prisões estão superlotadas; a criminalidade está em ascensão; o Brasil, queda abaixo na prova do PIB. Dá até vergonha de dizer que o Brasil está à frente só de Mongólia e de mais um ou dois países ali da África.

E parece que está tudo bem. Nós viemos aqui propor mudanças, propor uma escola sem partido... Se a *TV Câmara* puder filmar o quadro, eu agradeço. Aquilo ali é o Escola sem Partido: seis deveres para o professor ter consciência antes de entrar em sala de aula. O professor que tiver medo desses deveres, que são ratificados na Constituição e em tratados internacionais, realmente não é...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Vou concluir, Sr. Presidente. Peço-lhe 30 segundos.

Trata-se de alguém que está se aproveitando da cadeira cativa nas salas de aula para emboscar os alunos, a fim de que saiam dali, como bem dito foi pelo, Prof. Pedro Sérgio dos Santos, sabendo fazer coquetel molotov, mas sem saber que dois mais dois são quatro.

É impressionante, mas estamos aqui nessa batida.

Podem ter certeza que, nesta Comissão, esse projeto será aprovado.

Aproveito a oportunidade para dizer que algumas cidades como São Paulo, São José dos Campos, Ariquemes, Porto Velho, Salvador e Caruaru vão receber audiências públicas, oportunidade para que os senhores dessa região levem debatedores contrários à Escola sem Partido, por favor. Sempre que possível, estarei presente nessas reuniões. Tragam debatedores contrários, para nós os colocarmos ali nus, porque só pode ser contra a Escola sem Partido quem nega a realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos as palavras do nobre Deputado.

Na sequência dos inscritos, passaremos agora a palavra ao nobre Deputado Paulo Freire. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Antes de cumprimentá-lo, Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer que o meu nome de nascimento é Paulo Roberto Freire da Costa. (*Risos.*) O meu nome Parlamentar é Paulo Freire por conta de uma péssima escolha minha, da qual me arrependo. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Quero que saibam que os meus pais — e eu mesmo — nunca se inspiraram no ensinador Paulo Freire para usar este nome. Pelo contrário, existem muitas ocasiões em que tenho que omitir o meu nome por vergonha do comunista Paulo Freire. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo e cumprimentar o Presidente Marcos Rogério pela condução desse trabalho.

Cada audiência pública de que participamos nos traz um ensinamento precioso e nos mostra cada vez mais claramente o que os Professores estão realmente fazendo nas nossas escolas.

Esta semana eu vi, em uma rede social, a filmagem de uma Professora falando do Deputado Jair Bolsonaro. Foi absurdo o que nós ouvimos ali.

Eu quero, Sr. Presidente, parabenizar os debatedores que vieram, os convidados. Eu fiquei muito impressionado com o que está acontecendo com o Prefeito Thiago Flores lá na sua cidade. Impressionado!

Eu tinha duas perguntas, Prefeito, para lhe fazer. Primeiro: esses Promotores atuais, de 2016, são os mesmos que estavam em 2015? Segundo: existe uma possibilidade, Sr. Prefeito, de se adquirirem novos livros ao invés de usarem desses?

São essas as duas perguntas que nós gostaríamos de esclarecer.

Na semana passada, nós tivemos aqui uma audiência pública em que uma jovem, líder ou presidente de uma entidade de estudantes, se gabou acerca das ocupações que ela organizou, juntamente com todos os alunos. Ela estava muito orgulhosa dessas ocupações, enquanto nós sabíamos que tais ocupações não são realmente ocupações, mas, sim, invasões, porque são ilegais — isso é crime.



Os alunos que fazem essas invasões não se preocupam com os demais alunos, que, na realidade, querem ter aulas. Também não se preocupam com os pais, que, logicamente, ficam preocupados com a situação, pois os filhos que deveriam estar na escola não podem estar lá e, com isso, não trabalham direito — alguns até têm que faltar o trabalho por causa dos filhos. Na realidade, são um bando de vândalos que invadem as escolas e as depredam.

E o que eles fazem lá? Fumam maconha e praticam sexo. Essa é a pura realidade, e é o que a imprensa mostrou para todos nós, isso sem mencionar, Sr. Presidente, o prejuízo enorme que traz para os Estados a invasão dessas escolas.

Então, mais uma vez eu gostaria de enfatizar sobre o PNE que nós aprovamos aqui e que foi levado para os Estados e Municípios. Essa ideologia de gênero não deveria nem ter sido tocada — a esse respeito, gostei da fala do nobre Relator, Deputado Flavinho: *“Essa história sobre a ideologia de gêneros nós não vamos discutir porque já foi discutida lá atrás. Não tem o que se discutir. Já foi definido”*.

A cada dia, participando dessas audiências públicas, eu estou mais convencido de que nós necessitamos urgentemente de uma escola sem partido. E a escola sem partido não é algo que foi inventado; a escola sem partido simplesmente se resume a permitir que os alunos tomem conhecimento do que a lei diz. É por isso que tem esse quadro aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Obrigado, Sr. Paulo Roberto Freire da Costa.

Neste momento, passamos a palavra ao próximo inscrito, Deputado Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Sr. Presidente, Deputado Pastor Eurico, Vice-Presidente desta Comissão Especial, agradeço sempre a V.Exa. o espírito colaborativo junto a esta Comissão. Eu, por hábito, não faço uso da palavra durante as reuniões de debate, mas hoje, excepcionalmente, farei uso da palavra, em razão da presença junto a esta Comissão do Prefeito Thiago Flores, da cidade de Ariquemes, do meu Estado de Rondônia...

(Não identificado) - Do nosso Estado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - ...do nosso Estado de Rondônia, e em razão, especialmente, do que está acontecendo naquele Estado.

Mas não faço esta explanação sem antes reconhecer o alto nível do debate que nós tivemos na tarde de hoje com o Daniel, que já conheço das jornadas pela melhoria da educação. Então, eu quero ressaltar a participação do Daniel Cara, que contribui muito com esse debate.

Quero cumprimentar o Dr. Pedro Sérgio dos Santos, que traz também luz ao tema e nos oferece grandes contribuições, e, de modo especial, o Prefeito Thiago Flores, porque, a despeito das duas ponderações técnicas que nós tivemos aqui, ele traz a prática daquilo que ele está vivenciando na cidade de Ariquemes e que eu tenho acompanhado — e já tive oportunidade de manifestar a ele o meu apoio em relação as suas decisões.

Não é demais lembrar que a Constituição Federal, quando fala da família, atribui à família uma proteção especial. A família tem proteção especial por parte do Estado.

Em segundo lugar, é preciso consignar, Deputado Flavinho, que o que está em discussão aqui são os direitos dos pais e dos alunos, nesse particular, no caso da cidade de Ariquemes, e não os direitos da comunidade LGBT. Repito: o que está em jogo são os direitos dos pais e dos alunos, e não os direitos da comunidade LGBT. (*Palmas.*)

Também é preciso consignar que é papel do Ministério Público patrocinar essa defesa, para além de outras, e, havendo conflito, é preciso saber qual posição adotar: a proteção à infância. É preciso consignar que, quando há conflitos, é preciso escolher a proteção do mais vulnerável, e eu não tenho dúvidas de que os mais vulneráveis neste caso são as crianças não só da cidade de Ariquemes, mas de todas as cidades do Brasil. (*Palmas.*)

Há que se consignar também o respeito ao Pacto de San José da Costa Rica, que menciona que a proteção à educação moral é direito dos pais.

Por fim, concluo a minha fala, Sr. Presidente, apenas para trazer à memória daqueles que aqui estão e dos que nos acompanham que é preciso considerar também que a temática hoje em discussão lá em Ariquemes, e reverberando Brasil afora, já foi objeto de amplo debate nesta Casa Legislativa através da discussão do



Plano Nacional de Educação, que vedou — que vedou! Não é que ignorou, não; vedou! — a discussão do tema nos livros didáticos.

E eu tenho aqui, apenas para rememorar, o texto originalmente encaminhado à Câmara e aquele que nós aprovamos. Eu e todos os senhores que estão aqui participamos amplamente desse debate:

Art. 2º - São diretrizes do PNE:

.....
III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Esse foi o texto que aprovamos.

Qual foi o texto que veio para debate nesta Casa? O texto que veio foi:

“Art. 2º.....

.....
III: superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”.

O texto veio assim, e nós o rejeitamos. Essa matéria foi vencida no âmbito desta Casa. Portanto, não há que se falar em interpretação de que o Parlamento se omitiu, de que o Parlamento não quis dizer isso. O Parlamento disse exatamente o que está escrito na lei. Essa foi a vontade soberana do Parlamento brasileiro e essa foi a vontade também do Presidente da República da época, que sancionou o Plano Nacional de Educação.

Então, dizer o contrário é desconhecer a proposta original, é desconhecer a proposta aprovada e é desconhecer a vontade do legislador, que, nessa matéria, exerceu o seu papel em absoluta sintonia com os padrões e as convenções de que o Brasil é signatário.

Portanto, apenas faço menção a esse ponto para dizer ao Prefeito Thiago Flores que V.Exa., quando adota a posição que adotou — e, na verdade, é a sequência de um ato que a gestão anterior já estava adotando —, faz cumprir e faz respeitar o Plano Nacional de Educação. Quando V.Exa. consulta a comunidade, mais uma vez, V.Exa. também acerta.



E a pergunta que faço a V.Exa. é se no inquérito civil público a sociedade de Ariquemes foi ouvida pelo Ministério Público para patrocinar a ação civil pública.

Sr. Presidente, muito obrigado a V.Exa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos ao Deputado Marcos Rogério. V.Exa. é uma pessoa que luta pelos direitos de forma geral. Não obstante a vida que vive a pessoa A, B ou C, entendemos que aqui pensamos no ser e respeitamos as pessoas.

Dando sequência, ouviremos o Deputado Sóstenes Cavalcante. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, nobres colegas e convidados desta tarde, é uma enorme alegria voltar a falar nesta Comissão já como membro dela, porque lutei por isso.

O Deputado Marcos Rogério, Presidente da Comissão, é do nosso partido, e a disputa interna no Democratas foi muito intensa para eu aqui estar, e eu consegui, depois de alguns esforços, negociar com outros partidos para que pudesse estar aqui como membro.

Da audiência pública anterior não pude participar por causa das diversas atividades, mas hoje, mesmo havendo paralelamente a CPI da Lei Rouanet, que acabou há pouco, fiz questão de aqui estar para agradecer a todos os expositores do dia e, em especial, prestar a minha homenagem e a minha solidariedade ao Prefeito Thiago Flores.

Vejam a que ponto chegamos! Hoje, cumprir o que a lei diz faz com que o Ministério Público Estadual e Federal ajam contra alguém. (*Palmas.*) Parece que estamos brincando de Robin Hood às avessas. Nós invertemos as coisas.

Eu não consigo entender a lógica jurídica de uma decisão vergonhosa como essa. Aqui há movimentos sociais de diferentes matizes ideológicas que têm interesse nessa matéria, e fazemos críticas aos excessos de alguns membros — não à totalidade deles, pois sabemos dos bons membros e dos excelentes serviços do Judiciário deste País. Mas há coisas absurdas. Aqui está a prova viva: um Prefeito decide cumprir o que a lei determina, e vejam o que ele sofre.

Prefeito Thiago Flores, muito mais do que render uma homenagem à sua gestão, que ora se inicia, vim dizer que a história será mais juiz do que os juízes que



possam aparecer aqui na Terra para tentarem julgá-lo favoravelmente ou contrariamente, mas o que V.Exa. está fazendo no seu Município é o que todo homem e mulher pública deste País deveria estar fazendo: cumprir as leis que nesta Casa são aprovadas. (*Palmas.*)

Parabéns! Continue focado. O que nós pudermos fazer, com certeza, faremos. Esta Casa não lhe faltará.

Gostaria de desafiar o Brasil, porque, se nos uníssemos todos no Brasil, compraríamos os livros todos novos sem esse conteúdo, que não deveria ter ido para lá. Se depender de mim e desta Casa, tenho certeza de que vamos movimentar todo o Brasil, se necessário for, para que jamais seja tocado em um livro desses. Se não houver disponibilidade de recursos neste momento — no início de gestão sei como é... Mas não podemos deixar lá esses livros que nunca deveriam ter ido para lá.

Aliás, diga-se de passagem, é um alerta aqui também ao Ministério da Educação. Eu sei que a compra é feita muito antecipadamente; que são temporárias; mas o Ministério da Educação precisa urgente rever todo o material didático, para que esteja coadunado com todo o nosso regulamento aprovado nesta Casa Legislativa e, assim, não existam inconvenientes.

Tenho certeza de que V.Exa., quando se candidatou, não sabia, apesar de já ter dito problema na gestão anterior, que iria enfrentar o Ministério Público Federal e Estadual contra V.Exa. por cumprir a lei. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito obrigado, Deputado Sóstenes Cavalcante.

Concluindo a participação dos nobres Parlamentares, ouviremos agora o último inscrito para falar nesta audiência, Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Diretamente de São Paulo, eu quero neste momento agradecer a oportunidade que temos de falar de um tema tão importante como esse aqui, com o Prefeito Thiago Flores, o Dr. Pedro Sérgio dos Santos, o Sr. Daniel Cara também, que, pelo que vejo, é o cara, pelo menos no nome — parabéns pela sua participação. Acho importante a participação neste embate.



É claro que não gostaríamos, de maneira nenhuma, o Pastor Eurico — e, agora, já na Presidência o nosso Presidente efetivo —, de estar discutindo uma matéria como esta nesta hora, até porque não adianta. Nós temos que pensar que escola e partido, infelizmente, para uma criança de 4 anos, 5 anos, não combinam.

Não adianta, neste momento, nós tentarmos ensiná-los. Hoje, infelizmente, grande parte das nossas escolas — eu não estou preocupado com o fato de dizer isto — hoje finge que ensinam, e alunos fingem que aprendem, ao ponto de entrarem no primeiro ano e saírem no oitavo analfabetos, sem sequer saberem ler e escrever.

E depois nós criamos as tais cotas! *“Nós vamos corrigir um erro que nós fizemos no passado.”* (Palmas.) Mas por quê? Porque infelizmente neste País não se faz educação de forma séria. É claro que temos as exceções. Eu não estou dizendo que todo mundo é assim, não. Mas que não estão fazendo o que é necessário que se doam momento; que digam: *“O Deputado disse o que não deveria ter dito”*.

Eu estou falando do que eu tenho certeza. Eu estou falando: na realidade não dá para nós pegarmos uma criança de 4, 5, 6, 7, 8 ou 10 anos e tentarmos colocar ideologias na cabeça dela. Nós temos que ensinar essa criança a ler e a escrever! A criança sai da escola sabendo fazer sexo, mas não sabe escrever um “o”! Nós não podemos chegar nisso! (Palmas.)

Será que é essa a escola que nós queremos? Será que é esse o País que nós queremos? Que País é este? Que País é este, no qual nós estamos formando uma geração deturpada para o futuro?

A impressão que eu tenho é que alguns educadores acham que o Brasil vai acabar amanhã. E o Brasil vai acabar numa grande condição de nós só termos crianças que aprenderam na escola o que não deveriam. *“Ah, mas nós temos que...”*

Estão erotizando as crianças na escola! Esse não é o caminho! A criança vai à escola para criar uma personalidade, a criança vai à escola para ter uma formação cultural, a criança vai à escola com tanta dificuldade, que os pais muitas vezes a levam para ela pelo menos saber ler e escrever.



E repito: neste País as crianças nem sequer sabem fazer uma redação. Muitas crianças não sabem ler. Mas as ensinam a fazer sexo. Isso ensinam. Ensinam a ela que sexo é o que se faz. Isso é profundamente lamentável.

Eu concordo com o nosso Deputado Sóstenes quando diz que o Ministério da Educação, neste momento, precisa também ter uma redobrada preocupação. Democracia é respeito também por essas crianças! Democracia é ter respeito por essas crianças e dizer a elas que elas precisam ser alguém que pode revolucionar o mundo, e não devem simplesmente ser tratadas na escola como objetos quaisquer.

Um grupo pega uma literatura e a coloca na escola sem nenhuma responsabilidade. Isso simplesmente vai, ideologicamente, deixar a criança preparada para quê? A criança tem que sair da escola sabendo ler e escrever e discernir o que ela quer. A vida vai ensinar, vai dar oportunidade de ela saber o que quer. Não podem simplesmente fazer o que estão fazendo com as crianças.

Nota zero àqueles que querem escola com partido. Eu sou totalmente a favor daqueles que querem escola sem partido, porque essas duas coisas não combinam na cabeça das nossas crianças brasileiras. E é sobre essas crianças que nós temos que ter responsabilidade, como aqueles que querem ver um País melhor, um País mais justo, um País mais humano, que coloque as nossas crianças em primeiro lugar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu quero registrar e agradecer a presença de todos os Srs. Parlamentares.

O debate hoje foi realmente intenso, com a presença de muitos debatedores, como os Deputados Lincoln Portela, Pastor Eurico, Alan Rick, Bacelar, Eduardo Bolsonaro, Paulo Freire, Sóstenes Cavalcante e Gilberto Nascimento, os Deputados que participaram do debate.

Neste momento, passaremos às considerações finais dos convidados. Desde já, mais uma vez, agradeço a cada um o empenho de terem vindo a esta Comissão debater assunto tão importante e polêmico como esse, em razão de todas as peculiaridades que cercam o tema.



Inicialmente, ouvirei as considerações do Dr. Pedro Sérgio dos Santos, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, a quem agradeço mais uma vez a presença nesta Comissão.

O SR. PEDRO SÉRGIO DOS SANTOS - Muito obrigado. Inicio tentando apresentar não uma resposta, mas uma consideração à pergunta feita pelo ilustre Deputado sobre o que se diria para uma criança quando fosse perguntado se aquilo que aconteceu com os africanos foi simplesmente um processo migratório. Como disse desde o início, temos que dizer a verdade. A escola é o local da verdade. Aquilo não foi um processo migratório, aquilo foi uma situação de exploração, humilhação, morte, enfim, tem que dizer para a criança.

Mas se fôssemos usar esse critério para dizer para as crianças e para os adolescentes na escola, para deixar de lado tudo que temos que ensinar e escolher uma determinada parcela da população para dizer: “*Olha, a partir dessa parcela da população, você vai ver o mundo do sofrimento*”, hoje todos vocês podem abrir o celular — em todos os celulares — no site de busca e escrever “religião mais perseguida do mundo” e na primeira página, em todos os itens, vai aparecer o cristianismo.

De 2013 a 2016, foram mortos 1 milhão e 200 mil porque eram cristãos. Hoje existem cerca de 3 milhões de refugiados porque são cristãos. Não há nem um décimo dessa quantidade de homossexuais mortos porque são homossexuais, nem um décimo dessa quantidade de mulheres mortas porque são militantes feministas.

Se eu escolher o critério de perseguição para ensinar para os meninos o que é hoje o senso de humanidade, deveria pegar os cristãos, porque são os que mais morrem no mundo.

Quem hoje tem esse censo mais acompanhado de perto é um Estado totalmente imparcial, que é o Estado de Israel, que acompanha essas estatísticas, colocando nos organismos israelenses como os cristãos estão sendo mortos.

Fora aqueles países de conflito, nos países onde não há conflito violento direto, há os casos de perseguição ideológica dos cristãos, como acontece no Brasil, aconteceu aqui com o Prefeito — estou com dois processos administrativos da minha universidade por causa disso. Enfim, dezenas e centenas de pessoas são perseguidas pela sua fé ou pelas suas posições. Então, o critério é a verdade.



Sr. Presidente, se esta Casa do Povo, esta Casa dos Parlamentares, que são atuantes e experientes no processo legislativo, pode fazer alguma coisa por essa situação, como está fazendo com um projeto de lei de uma escola sem partido, eu diria, até tomando o caso do Prefeito que aqui está, que se avançasse um pouco mais do ponto de vista da limitação legal nas ações do Ministério Público no tocante à ideologia de gênero. (*Palmas.*)

Os Parlamentares podem avançar especificamente em projetos de lei que toquem nesse ponto. Ou seja, se o Ministério Público é fiscal da lei, é aquele que deve zelar pela Constituição, que desta Casa saia projeto de lei e lei aprovada que limite a ação do Ministério Público no tocante a isso.

Infelizmente, concordo — discordando do professor — que o País não precisa de tanta lei. Tenho que dizer isso para os meus alunos, mas criam-se tantos problemas para uma convivência pacífica, tensiona-se tanto a escola, como disse o Deputado agora há pouco sobre a questão da tensão, que acho que, às vezes, o poder público, e, no caso, o Poder Legislativo deve tomar medidas da sua competência, que é fazer leis.

Hoje o Ministério Público, por exemplo, pega recurso público — quem quiser, pode ver isso na minha cidade — e faz propaganda nos ônibus sobre opções sexuais. O Ministério Público do Trabalho faz propagandas sobre transgêneros, LGBT, etc. Tudo bem. Pergunto ao Ministério Público: propaganda sobre os grandes perseguidos da humanidade, os cristãos, é feita nos ônibus? Não. Não estou aqui levando a questão para o lado religioso, estou mostrando se há o critério de perseguição.

É importante perguntar também ao Ministério Público por que ele fez essa opção de gastar o dinheiro público assim. É preciso que haja limitações da lei e esta Casa pode fazer essa limitação legal. (*Palmas.*)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço aos Srs. Parlamentares todas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Mais uma vez, esta Presidência agradece ao Prof. Pedro Sérgio dos Santos as contribuições junto a esta Comissão Especial.



Na sequência, concedo a palavra ao Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, para suas considerações finais. Desde já, agradeço a V.Sa., que tem sempre nos enriquecido com suas contribuições, a presença nesta Casa,

O SR. DANIEL CARA - Sr. Presidente, vou procurar ser bastante sintético.

Primeiro, há um ponto que tem ser pacífico aqui neste debate: crime é crime e perseguição tem que ser inaceitável contra qualquer ser humano. Acho que esse ponto precisa ser distensionado, porque parece que, de vez em quando, discutimos uma situação de julgamento isonômica com critérios de não isonomia, e não avançamos no debate.

Eu queria chamar a atenção para um ponto que está mal interpretado em relação à leitura seca da lei. O Direito, no Brasil, é um Direito positivo, é aquilo que está posto na lei. O Plano Nacional de Educação eliminou as especificidades das formas de discriminação. Porém, ele coloca o combate a todas as formas de discriminação. Isso não significa que houve uma vitória favorável ou contrária em relação à ideologia de gênero.

Isso tem que ficar claro, porque no positivismo da lei, naquilo que está posto, e naquilo que um juiz vai julgar sobre o Plano Nacional de Educação está posto o combate a todas as formas de discriminação. Qualquer leitura constitucionalista seca vai chegar a essa conclusão — sempre lembrando que o Direito é positivista no Brasil. Se fosse num país de Direito consuetudinário, o debate poderia ser outro. Mas não é o que está posto aqui.

Lamento que num debate parlamentar — preciso fazer essa menção — haja a utilização de termos como “Presidanta”, de forma bem clara, porque eu acho que todo mundo merece respeito. Não é porque existiu um processo legislativo de *impeachment* de uma Presidente da República, que foi eleita pelo poder do voto — como todos os que estão aqui presentes neste debate que são Parlamentares — que cabe a utilização de documentos... (*Manifestação na plateia. O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)

Por favor, eu falei aqui sem alterar o tom de voz, de maneira muito tranquila. Quero que o Presidente garanta, como sempre, o respeito da minha fala.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A sua palavra está assegurada.

O SR. DANIEL CARA - Inclusive, como fui questionado de maneira pontual, respondo agora ao questionamento.

Lamento que esse tipo de termo seja utilizado porque não cabe no bom processo de debate parlamentar. Se há uma crítica política a outro político, o decoro parlamentar sempre tem que ser mantido, com total respeito, com total complacência e com total tranquilidade em relação ao debate parlamentar.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, peço licença um pouquinho, pela ordem. Eu acredito que não cabe ao debatedor chamar a atenção de um Parlamentar pela sua fala. (*Manifestação na plateia: Muito bem! Palmas.*)

Vai me permitir, Sr. Presidente. Acho que ele está aqui para debater outro assunto. Ele que se atenha à matéria e que não venha chamar a atenção de um Parlamentar. Quem tem o direito de chamar a atenção de Parlamentar é V.Exa., que é o Presidente, que está conduzindo esta reunião. (*Palmas.*)

Quero repudiar essa fala do nosso querido amigo debatedor e peço, por favor, que ele não entre nessa matéria, porque eu não aceito.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Até porque existe a imunidade parlamentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Pastor Paulo Freire, agradeço a V.Exa. a contribuição e o alerta. Na sessão anterior, havíamos feito um apelo aos convidados para que se ativessem ao tema, já que qualquer correção a Presidência faria. No momento em que houve o uso dessa expressão, parece-me que eu não estava aqui. Não me recordo quem foi que usou esse termo. Infelizmente é um termo que às vezes se usa na Casa, mas que é inapropriado, é inadequado e não fica bem realmente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, se pode “Presidanta”...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Mas a ponderação...

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, “adequado” é sermos chamados de golpistas. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - A ponderação feita pelo Deputado Paulo Freire...

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, mas não cabe ao debatedor fazer isso. Eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Nesse ponto, V.Exa. está correto. Eu acato o apelo de V.Exa., porque é correto. É de praxe da Casa que os convidados não censurem os Parlamentares no uso de suas expressões. Compreendo a inquietação do Daniel, mas apelo para que faça as considerações em relação aos questionamentos que foram feitos.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Neste ponto, apenas peço para não polemizar. Nós estamos no final da audiência pública.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Peço a palavra pela ordem, sem polemizar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Passo a palavra ao Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - No momento dessa citada fala, eu estava presidindo a reunião, e o Parlamentar, no seu discurso, usou essa expressão, mas não agrediu ninguém aqui, apenas citou. Se qualquer pessoa aqui não concordou com a expressão dele, é normal não concordar. Mas tentar dar lição de moral nos Parlamentares e nos presentes por causa da expressão de um companheiro? Cada um assume o que faz. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço aos Deputados Paulo Freire e Pastor Eurico as ponderações. É uma praxe não só nesta Comissão, mas em todas: por mais que se discorde da fala dos Parlamentares, é preciso que haja respeito à fala dos Parlamentares. Se houver um questionamento direto em relação ao convidado, a manifestação é pertinente.

Eu acolho a questão de ordem de V.Exa. e peço ao convidado que se abstenha de fazer censura aos Parlamentares por suas falas.

Naqueles pontos onde houve questionamentos, V.Sa. tem a palavra dentro do tempo regimental. Vou restabelecer o tempo de V.Sa. para que faça as suas considerações.



O SR. DANIEL CARA - Só para ressaltar, quando eu coloco essa questão, é porque de fato considero um termo inadequado, como foi colocado pelo Deputado Marcos Rogério. (*Manifestação na plateia.*)

Em relação à questão trazida pelo Deputado Bacelar, como educador — e acho que o Prof. Pedro já respondeu de forma muito correta —, acredito que existem questões em que não podemos nos omitir. Por exemplo, a desigualdade socioeconômica e civil que se vive no Brasil. Acredito que isso é consenso entre todos os que estão presentes. No momento em que se vai dar uma aula, essa é uma questão que baliza a maneira de olhar a sociedade brasileira, a história do Brasil, o conjunto de intelectuais que formularam as questões.

Em relação ao dia 13 de maio, eu daria uma aula deixando claro que foi uma diáspora, que o processo de escravidão implementado no Brasil é uma chaga da sociedade brasileira que permanece até hoje e, principalmente, que esse processo de escravidão ainda é um dos principais entraves para que a nossa sociedade seja uma sociedade justa.

Como educador certamente daria uma aula deixando isso muito claro. Isso significa que, por definição, não estou pautado no princípio da neutralidade, porque, acredito, a injustiça, como diria Weber — é interessante observar que o Weber é muito citado: *"Perante uma injustiça nenhum cidadão pode se calar"*. Então, é dessa maneira que eu me colocaria.

Essa questão parlamentar é complexa, porque a minha fala também foi mal interpretada. Nunca tive dúvida de que os Parlamentares brasileiros são contrários ao nazismo, até porque isso seria uma quebra do preceito parlamentar fundamental, que é o respeito à lei brasileira, à Constituição da República Federativa do Brasil. Certamente, o nazismo é contrário a essa questão.

Mas acredito que precisamos, no debate público brasileiro — os senhores, como Parlamentares têm uma responsabilidade —, fazer com que este País volte a ter um debate em termos de desenvolvimento efetivo de uma sociedade que não seja pautada pelo grito, que não seja pautada pela radicalidade desnecessária, não seja pautada pelo preceito do desrespeito ao outro. Muitas vezes, nos debates que acontecem aqui na Câmara de Deputados, infelizmente, tenho percebido que o tom de voz está mais elevado do que era algum tempo atrás.



Peço aos Parlamentares que façam um esforço, não um esforço de trancar a Casa, de fechar... (*Manifestação na plateia.*)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - É que um tempo atrás, havia mensalão aqui! (*Palmas. É verdade!*) (*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vou pedir, mais uma vez, a compreensão.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Eu aprendi com os marxistas aqui da Casa! Eu aprendi a elevar o tom da minha voz com os marxistas desta Casa que nos chamam de fascistas, que nos chamam de nazistas, que nos chamam de preconceituosos e gritam e gritam e gritam! Aprendi com eles! Aprendi com eles! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu pediria, mais uma vez, ao Plenário e aos colegas que aqui estão, como estamos na fase final do debate e da audiência pública, a compreensão para que possamos conclui-la. Ela transcorreu num clima absolutamente respeitoso. Esse é o apelo que eu faço para que nós concluirmos os trabalhos desta sessão.

O SR. DANIEL CARA - Quero deixar claro ao Deputado Lincoln Portela que sempre elevar o tom de voz e fazer o debate dessa maneira não é bom, tanto é que eu mantendo o meu tom de voz exatamente da mesma forma. Eu não posso falar sobre os outros, não sei quem o senhor está citando, mas tenho mantido aqui a preocupação de colocar a pauta da educação à frente do debate do Escola sem Partido.

Para concluir, como cidadão brasileiro, peço responsabilidade aos Parlamentares no processo de discussão dessa e das demais matérias. Pelo que entendi, o Deputado Eduardo Bolsonaro fez o convite para fazer um debate sobre o Escola sem Partido. Eu terei o maior prazer em debater com o senhor, sem qualquer tipo de rivalidade ou de rivalismo desnecessário, sob o aspecto educacional e pedagógico, esse projeto que eu e toda a rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, consideramos contraproducente.

Eu tenho total disponibilidade de realizar o debate, desde que ele seja feito de maneira correta, de maneira tranquila e preocupado em resolver as questões pedagógicas do Brasil. Se for esse o preceito, se o preceito não for ser pautado com



base em ofensas, em gritos, etc., acredito que consigamos avançar de maneira efetiva.

É um prazer estar aqui. Parabéns, Deputado Marcos Rogério, pela correta condução — como sempre — dos debates nesta Casa, especialmente relativo a essa matéria!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Mais uma vez, esta Presidência agradece ao Sr. Daniel Cara as contribuições junto a esta Comissão. Certamente, esse tema continuará sendo objeto de debate, não só aqui na Comissão, mas também nos Estados. Teremos outras oportunidades de reencontro.

Por fim, passo a palavra ao Sr. Thiago Flores, Prefeito de Ariquemes, bela cidade do meu Estado de Rondônia — aqui na sala tem inclusive mais rondoniense.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Nós queremos promovê-lo a Prefeito de vários Municípios do Brasil. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Vai virar Governador, hein? O efeito Trump, Le Pen, Bolsonaro vai virar Governador, hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Obrigado a V.Exas.

Prefeito, leve a nossa saudação ao Município de Ariquemes, à sua equipe, para essa mesma data. Apenas registrando, mais uma vez, que nós havíamos convidado o Prefeito e a promotora titular dessa ação. Ela mandou um comunicado junto a esta Comissão, fazendo suas justificativas do impedimento para estar aqui e se colocando para estar em outra oportunidade. Ela está respondendo por duas atribuições dentro do MP e não pôde estar presente. Mas o Prefeito veio. Eu estou realmente muito contente com sua presença aqui e com suas contribuições a partir de suas experiências junto àquela cidade.

V.Exa. tem a palavra para as considerações finais.

O SR. THIAGO FLORES - Quero parabenizar a todos pelo comportamento, em especial dos novos Deputados. Fui recebido carinhosa e respeitosamente. Agradeço o comportamento que os senhores tiveram para comigo aqui.

Agradeço novamente ao Deputado Marcos Rogério a oportunidade, agradeço aos debatedores a oportunidade de trazermos hoje à discussão esse tema relevante demais para os propósitos de melhorar a nossa educação.



Vou responder ao Deputado Paulo Roberto Freire da Costa a respeito da ação de duas promotoras. Neste ano, duas promotoras e um procurador federal ingressaram com ação. Eles não são os mesmos que atuaram no ano passado. Contudo, a cidade é muito pequena e o princípio que rege o Ministério Público é o da unicidade. Não há como querer se defender, se for o caso lá, se não soubermos das coisas e de algo que justifique também essa mudança abrupta em curto espaço de tempo de posições. Diametralmente, essa mudança é difícil se justificar.

A respeito de comprar outros livros, fizemos cotações com duas editoras diferentes, fui também ao FNDE conversar com o presidente e com o responsável do setor de material didático de conseguir algo. Era a nossa última esperança. Foi o que nós tentamos. Contudo, a alegação deles foi a de que não havia material de reserva técnica para nos encaminhar. Foram tentadas essas duas alternativas e tentou-se comprar via particular. Os preços cotados não puderam ser adquiridos, pela Prefeitura e, se houver condição de recebermos uma ajuda nesse sentido, eu agradeço.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Presidente, desculpe-me interrompê-lo. Prefeito — sei que existem milhares de pessoas que assistem à TV Câmara —, gostaria de deixar uma sugestão. Não posso fazê-lo, nem como Parlamentar, nem como pessoa física. Mas tenho certeza de alguma instituição séria neste País que tenha credibilidade junto à opinião pública — o Presidente me passou um orçamento de algo em torno de 1 milhão e 250 mil reais para a compra de todos os livros — poderá ajudar. Não faltará mais de 1 milhão de brasileiros, com 1 real, para resolver o seu problema. Eu me disponibilizo a contribuir com muito mais do que 1 real. Só preciso que uma instituição possa levar esse projeto adiante com celeridade, porque as aulas já estão iniciando.

Acho que podemos resolver esse problema. Qualquer instituição séria do País que queira ajudar a Prefeitura e os alunos de Ariquemes que, afinal de contas, são os prejudicados. Ou seja, em menos de 30 dias, podem ser entregues lá todo esse material.

Faço este apelo à Câmara dos Deputados para que ajude não apenas o Prefeito, mas também os alunos, que serão os maiores beneficiados. (*Palmas.*)



O SR. THIAGO FLORES - Muito obrigado. Com certeza, a população ariquemense agradece. Lembro que se nós não resolvemos o problema este ano, esse livro ainda persiste para o ano que vem, porque faz parte de uma coleção que vale para 3 anos. Portanto, temos ainda mais um ano pela frente com esse material.

Finalizando, agradeço à Comissão a oportunidade de levar o nome da nossa querida cidade de Ariquemes aos quatro cantos deste País, em especial na data de hoje. Tudo isso foi possível realmente pelo convite que recebi. Reitero os meus agradecimentos.

Agradeço a todos o carinho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Mais uma vez, esta Presidência agradece ao Prefeito Thiago Flores, da cidade de Ariquemes, a presença. S.Exa. veio contribuir com os debates nesta Casa, trazer a sua experiência, falar da situação por que passa o Município de Ariquemes neste momento e que muito nos interessa conhecer. O Prefeito inclusive se comprometeu a encaminhar para a Comissão exemplares dos livros do Município para que faça parte do nosso acervo de trabalho. Creio que ele já os disponibilizou à nossa Secretaria.

Mais uma vez, agradeço ao Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ao Dr. Pedro Sérgio dos Santos e ao Prefeito Thiago Flores as contribuições. Deixo também a nossa gratidão a todos os Srs. Parlamentares e aos convidados.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando a próxima reunião para o dia 14 de março, às 15 horas, em plenário a definir, destinada à audiência pública de convidados e deliberação de requerimentos.

Está encerrada a presente reunião.